

Nº	NATUREZA	DE	PARA	ASSUNTO	ANOTAÇÕES
1176	Doc.	I. Deblé	-	PROPOSITION POUR LES RELEVÉS DES DONNÉES STATISTIQUES DE L'EDUCATION AU BRÉSIL	
1177	Orçamento	CEOSE	Diretor INEP	DESPESAS DO CEOSE, RELATIVAS À COMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE 1968	Pasta CONTABIL. /ORÇAMENTOS
1178	Relação -dados-	CEOSE		Subsídios para o relatório sôbre as atividades do CEOSE.	
1179	carta	I. Deblé	Nassim Mehedeff	Elucidando os indicadores estatísticos que o grupo de Planificação dirigido por Roberto Fachim (RS) utilizaria para determinar os critérios a adotar na implantação de ginásios para o trabalho	
1180	Doc. rel.	D. Trigueiro		ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO - CEOSE - definindo as finalidades e atividades do CEOSE	<i>Tem 2 versões</i>
1181	Orçamento	-	INEP	Esquema Financeiro Sintético e Analítico/68	Pasta CONTABIL. /ORÇAMENTOS
1182	Of.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Ofício submetendo à aprovação o programa do CEOSE (Ciclo de Planejamento, Seminário sôbre Cooperação Internacional, Viagens e Serviços) a ser custeado com o saldo de 1968	
1183	Tel.	I. Deblé	Sigler/ UNESCO/Bh	Comunicando chegada Salvador	
1184	Of.	I. Deblé	Univ. São Paulo	Agradecendo dados enviados e solicitando outros.	
1185	of.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Encaminhando Prestação de Contas do período de 6/5/68 a 23/10/68	Pasta CONTABILIDADE
1186	Of.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Solicitando autorização pagamento pess nov.	
1187	Doc.	D. Trigueiro	Cons. Federal Ed.	Ante-projeto de Lei, Ante-projeto de Decreto Ante-projeto de Portaria	Pasta CONSELHO FED. EDUCAÇÃO
1188	Doc.	L. Nagasawa	-	BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO, EM PARTICULAR DO MEC	Pasta ESTATÍSTICA
1189	Question.	-	-	FICHAS ou QUESTIONÁRIOS SEEC/Pré-Primário, Primário, Supletivo, Médio e Superior	Pasta ESTATÍSTICA
1190	Tabelas	Grupo CEOSE	-	Tabelas	Pasta ESTATÍSTICA
1191	Of. Rel.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Ofício encaminhando relatório de atividades e projetos de trabalho do CEOSE para 1º semestre de 1969	

Nº	NATUREZA	DE	PARA	ASSUNTO	ANOTAÇÕES
1154	Of.	D. Trigueiro	Anísio Teixeira	Convidando para debater o tema "Pressupostos da assistência técnica"	P a s t a C O O P E - R A C I O N A L I N T E R N A
1155	Of.	D. Trigueiro	J. Faria Goes	O mesmo que o anterior	
1156	Of.	"	Cândido A. Mendes	O mesmo que os anteriores	
1157	Of.	"	Zacarias Carvalho	O mesmo que os anteriores	
1158	Of.	"	I. Kerstenevsky	O mesmo que os anteriores	
1159	Of.	"	M. Diegues Junior	O mesmo que os anteriores	
1160	Of	"	Rômulo de Almeida	O mesmo que os anteriores	
1161	Of.	"	A. Lopes Correa	O mesmo que os anteriores	
1162	Tel.	"	Carlos Maciel	Cancelando reunião Brasília	
1163	Of.	I. Deblé	Reitor Un.S.Paulo	Solicitando dados	
1164	Of.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Solicitando autorização pagamento pessoal	
1165	Deb.	D. Trigueiro	Carlos Maciel	Comunicando reunião Rio e pedindo confirmação comparecimento	
1166	Of.	I. Deblé	D. Trigueiro	Propondo a extensão contrato L. Nagasawa	
1167	Of.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Encaminhando consideração of. 1166 e manifestando concordância	
1168	Of.	Regina R. Freire	Contabilidade INEP	Encaminhando lista de requisições de passagem extraída pelo CEOSE em 1968	
1169	Of.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Solicitando autorização para reembolso CBPE conta Telegramas Western	
1170	Of.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Solicitando verba para despesas de pronto pagamento	Pasta ESTADÍSTICA
1171	Of.	"	"	Solicitando pagamento extraordinários Vilmar Lopes	
1172	Of.	D. Trigueiro	"	Solicitando material de consumo (limpeza)	
1173	Mem.	I. Deblé	C. C. Mascaro	MEMORANDUM "À l'attention du Professeur Mascaro, directeur de l'INEP" - Sobre a planificação e estatísticas- Necessidades	
1174	Doc.	I. Deblé	-	OPERAÇÃO ESCOLA POR MÉTODOS ESTATÍSTICOS	Pasta ESTATÍSTICA
1175	Doc.	I. Deblé	-	Intervenção no Simpósio Interamericano de Administração Escolar - OEA-INEP-ANPAE	

Nº	NATUREZA	DE	PARA	ASSUNTO	ANOTAÇÕES
1130	Tel.	I. Deblé	Hotel Plaza RS	Reserva	
1131	Tel.	I. Deblé	Roberto Fachim	Adiando viagem	
1132	Tel.	I. Deblé	Hotel Plaza RS	Adiando reserva	
1133	Req. Pass.	Diretor INEP	VARIG	Requisição de passagem para I. Deblé	Pasta PASSAGENS
1134	Doc.	M. Debrun		REFORMA DAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA: DIFICULDADES E CAMINHOS - 2ª versão	Pasta ESTUDOS III
1135	Tabelas	-	-	Matrícula no início do ano no Ensino Superior	Pasta ESTATÍSTICAS ENS. SUPERIO (1968)
1136	Tabelas	-	-	Vestibular - Ensino Superior - Nº de arprovações, vagas, matrículas na 1ª série - de 1961 a 1965	Pasta ESTATÍSTICAS ENS. SUPERIOR
1137	Doc.	D. Trigueiro	Cons. Fed. Educação	A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	Pasta CONSELHO
1138	Of.	Regina R. Freire	D. Trigueiro	Pedindo autorização para compra material	
1139	Doc. e of.	J. Torfs	CESE	METODOLOGIA E CÁLCULO DA REPETÊNCIA E DA DESERÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - Doc. BH	Pasta MINAS GERAIS GERAIS
1140	Of.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Solicitando autorização para pagar L. Maria Nagasawa	IS
1141	Tel.	D. Trigueiro	Carlos Maciel	Pedindo informação possibilidade ida Brasília	
1142	Doc.	M. Debrun	Fund. Get. Vargas	O IMPACTO POLÍTICO DA TECNOLOGIA	Pasta ESTUDOS
1143	Tel.	D. Trigueiro	Carlos Maciel	Informando data reunião Brasília	
1144	Of.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Pedido de autorização pagamento pessoa set.	
1145	Of.	Regina R. Freire	D. Trigueiro	Pedido autorização compra papel	
1146	Of. Proposta	D. Trigueiro	Diretor INEP	Solicitando autorização compra passagem para D. Trigueiro, I. Deblé e C. Maciel	
1147	Req. Passagem	Diretor INEP	VARIG	Requisição de passagem para Carlos Maciel	Pasta PASSAGENS
1148	Req. Pass.	Diretor INEP	VASP	Requisição de passagem para I. Deblé	Pasta PASSAGENS
1149	Req. Pass.	Diretor INEP	VASP	Requisição de passagem para D. Trigueiro	Pasta PASSAGENS
1150	Tel.	D. Trigueiro	Carlos Maciel	Esclarecimento sobre reunião em Brasília	
1151	Tel.	D. Trigueiro	Carlos Maciel	Esclarecimento reunião Brasília	
1152	Of.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Solicitando que a Contabilidade efetue o pagamento da última parcela de L. Nagasawa	
1153	Tel.	D. Trigueiro	Carlos Maciel	Consultando sobre possibilidade antecipação viagem reunião Brasília	

Nº	NATUREZA	DE	PARA	ASSUNTO	ANOTAÇÕES
1110	Tel	M. Debrun	Carlos Maciel	Consultando sôbre participação Conferência Internacional Planejamento UNESCO Paris e solicitando documentos Ensino Médio Pernamb.	
1111	Carta	Regina R. Freire	Roberto Fachim	Comunicando partida Prof. Torfs e endereço	
1112	Tel.	M. Debrun	Carlos Maciel	Comunicando impossibilidade participação Conf. Inter. Planej, Ed. e avisando envio pagamento	
1113	Of.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Solicitando autorização para compra passagem	
1114	Doc.	M. Debrun		REFORMA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO - 1ª ver.	Pasta ESTUDOS
1115	Of.	I. Deblé	Bibliot. CBPE	Solicitando empréstimo de livros	
1116	Req. Pass.	Diretor INEP	VASP	Requisição de passagem para Isabelle Deblé	Pasta PASSAGENS
1117	D. Carteiro	D. Trigueiro	M. Debrun	Apresentando despedidas	
1118	Tel.	I. Deblé	L. C. Sibut - Pr	Comunicando ida a Curitiba	
1119	Tel.	I. Deblé	Zélia Pavão	Comunicando ida a Curitiba	
1120	Tel.	I. Deblé	Hotel Iguazu	Fazendo reserva	
1121	Doc.	I. Deblé		EXAMEN DE LA PUBLICATION STATISTIQUE "SITUAÇÃO CULTURAL 1967", REALISÉE PAR LE SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, DO MINISTÈRE DA EDUCAÇÃO E CULTURA	Pasta ESTATÍSTICAS
1122	Carta	M. Debrun	C. Mascaro	Despedindo-se	
1123	Of.	Regina R. Freire	INEP	Transmitindo relação do pessoal contratado que trabalha para o CEOSE	
1124	Of.	Diretor INEP	VASP	Devolvendo os bilhetes nºs 506122 e 506123, para crédito na conta	
1125	Of.prop.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Solicitando autorização para compra de passagem para I. Deblé	
1126	Of.	I. Deblé	D. Trigueiro	Referindo-se à remuneração de L.Nagasawa. Tem anexo o Projeto de trabalho de Lúcia Negasawa sôbre "Custos da Educação"	
1127	Of.	I. Deblé	Div.De Ad.Financeira MEC-Brasília	Solicitando dados e anexando formulários a serem preenchidos	Pasta ESTATÍSTIC
1128	Of.	D. Trigueiro	Diretor INEP	Encaminhando of. 126 e concordando	
1129	Tel.	I. Deblé	Roberto Fachim	Comunicando chegada a Pôrto Alegre	

Nº	NATUREZA	IDEIA	PARA	ASSUNTO	ANOTAÇÕES
1086	Tel.	D. Trigueiro	Oswaldo F. Melo	Comunicando ida ao ERPLED	
1087	Req. Pass.	Diretor INEP	CRUZEIRO DO SUL	Requisição de passagem para Mle. Deblé	Pasta PASSAGENS
1088	Req. Pass.	Diretor INEP	CRUZEIRO DO SUL	Requisição de passagens para Jacques Torfs	Pasta PASSAGENS
1089	Tel.	M. Debrun	Carlos Maciel	Consultando sôbre possibilidade ir a Paraíba	
1090	Carta	M. Debrun	Oswaldo F, Melo	Comunicando impossibilidade ir ao ERPLED	
1091	Memor.	J. Torfs	D. Trigueiro	Contrato Lúcia Maria Nagasawa	
1092	Of.	Teresa Maria	D. Trigueiro	Solicitando curta licença (sem efeito)	
1093	Of.	Di Trigueiro	Diretor INEP	Solicitando suprimento de verba	
1094	Doc.	J. Torfs	-	INVENTÁRIO E CÁLCULO DAS NECESSIDADES EM MÃO-DE-OBRA DA REGIÃO SUL DO PAÍS - Doc. CR	
1094A	Doc.	J. Torfs	-	INVENTÁRIO E CÁLCULO DAS NECESSIDADES EM MÃO-DE-OBRA E PROFISSIONAIS - ESTADO DA BAHIA	
1095	Tel.	M. Debrun	Carlos Maciel	Comunicando chegada	
1096	Req. Pass.	Diretor INEP	VASP	Requisição de Passagem para M. Debrun	Pasta PASSAGENS
1097	Req. Pass.	Diretor INEP	VASP	Requisição de passagem para M. Debrun	Pasta PASSAGENS
1098	Req. Pass.	Diretor INEP	CRUZEIRO DO SUL	Requisição de passagem para D. Trigueiro	Pasta PASSAGENS
1099	Req. Pass.	Diretor INEP	CRUZEIRO DO SUL	Requisição de passagem para D. Trigueiro	Pasta PASSAGENS
1100	Doc.	L. Nagasawa		CUSTOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	retirado por L. Nagasawa
1101	carta	D. Trigueiro	Pierre Furter	Respondendo carta de P. Furter	
1102	carta	D. Trigueiro	Min.Ed.Venezuela dr.E.Rivas Casado	Respondendo carta sôbre possibilidade de intercâmbio de experiências em educação	
1103	Of.	Regina R. Freire	D. Trigueiro	Solicitando verba para compra de material	
1104	Tel.	J. Torfs	Joaquim Coutinho Bh	Agradecendo informações e pedindo outras	
1105	Of. Circular	J. Torfs	Depº Ed. Primária	Pedindo dados	? o mesmo 1064?
1106	Of.	J. Torfs	D. Trigueiro	Enviando cópia das Recomendações do ERPLED. Anexo: ERPLED - RECOMENDAÇÕES - julho 1968	
1107	Of.	J. Torfs	Secret.Ed. da Bahia	Comentários e envio do doc. 1094	
1108	Nota	I. Deblé	-	NOTA SÔBRE A POSSÍVEL ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS DE ESTATÍSTICAS ESCOLARES EM FUNÇÃO DA PLANIFICAÇÃO	Pasta ESTATÍSTICAS
1109	Of.	J. Torfs	Reitor Un. da Bahia	Comentários e envio doc. 1094	

Nº 1191

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1969

Ao: Dr. Carlos Correia Mascaro - Diretor do INEP

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes - Coordenador do CEOSE

Senhor Diretor,

De acôrdo com a recomendação de V. S.^a, tenho o prazer de passar às suas mãos os projetos de trabalho do CEOSE para o primeiro semestre de 1969. Para o conhecimento de colegas que por acaso não tenham tido a oportunidade de lê-los, junto aos projetos dois textos doutrinários, de diferentes épocas, contendo as diretrizes em que se baseiam nos referidos projetos.

Atenciosas saudações,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

SÚMULA DAS ATIVIDADES DO CEOSE

1. O Ministério da Educação, tal como o reclamam o espírito e a letra da LDB, passou a constituir, basicamente, um órgão de assistência técnica. Órgão de animação e impulsionamento, de antecipação e de equilíbrio, em relação aos Estados.

A Lei fez emergir do antigo sistema monolítico, controlado pelo MEC, vinte e dois sistemas educacionais diferenciados, podendo cada um deles usar de relativa autonomia para expressar a sua própria força e peculiaridades, tanto quanto suas limitações, que não podem ser dissimuladas por vistosos esquemas uniformizadores sem se esterilizarem no mero jogo de aparências. Entretanto, a autonomia criadora não decorre automaticamente da autonomia legal: este é o caminho, o estatuto permissivo, mas a construção mesma de um sistema depende da capacidade de ocupar o espaço que o afastamento do MEC deixou vazio. Essa capacidade, entorpecida por décadas de docilidade ao poder central, não se improvisa, sobretudo nos Estados menos desenvolvidos. Faltam-lhes, as mais das vezes, quadros técnicos, conhecimento dos problemas e a posse de certas técnicas de análise das realidades locais; falta-lhes, não raro, a atitude mesma de assumir o meio com os seus problemas como ponto de partida para a elaboração de um sistema diferenciado de educação. O apêlo fácil aos modelos de fora, tendo em vista a adoção mecânica em vez do estímulo fertilizador, continua em muitos casos a burlar o espírito de criação ensejado pela LDB. As deficiências de atitudes e de iníncias não poderiam deixar de refletir-se no processo administrativo. As estruturas burocráticas das Secretarias de Educação estão longe de servir a um novo programa educacional, carecendo de condições para tratar tecnicamente os problemas técnicos, expostos mais facilmente, por isso mesmo, a serem desfigurados pelos interesses menores da política. De tudo isso resulta a debilidade dos planos educacionais, cujos efeitos negativos só podem ser calculados pela importância do próprio planejamento como processo indispensável de multiplicar os escassos recursos - materiais e humanos - destinados à educação, acelerando e dando sentido ao desenvolvimento que todos desejam.

2. Ao MEC, que antes retirava a autonomia dos Estados, cabe agora ajudá-los a ser livres. Pois a liberdade não é verdadeira nem se exerce conscientemente sem um lastro de idéias que a iluminem. Essa é a filosofia da assistência técnica: o vazio deixado nos Estados pela retirada do autoritarismo burocrático tem de ser preenchido pela ação supletiva, que não pretenda substituir-se à iniciativa local, mas criar condições para o seu florescimento. Para êsse fim é que foi criado o CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação).

3. O CEOSE está sob a responsabilidade executiva de uma Comissão vinculada ao INEP, e constituída de especialistas, brasileiros e da UNESCO sob a coordenação de um educador brasileiro.

A sua ação^{se} exerce em contato direto com os Estados, com três objetivos essenciais: despertar no meio local a consciência de suas necessidades, formular o diagnóstico da situação educacional, e colaborar na criação de um staff como ponto de apoio da política a ser traçada. Sua metodologia baseia-se na interpenetração dos fatos e das idéias, evitando-se os esquemas pré-fabricados, mas também o pragmatismo sem horizonte. É importante destacar no sistema as relações diretas e pessoais, indispensáveis à assistência técnica, e a continuidade com que se realizam, igualmente necessária a um processo que deve ser permanente. Em alguns Estados, a reestruturação do sistema educacional, em vias de operar-se, tomou impulso na colaboração do CEOSE, e noutros, vai consagrando em leis e no próprio processo administrativo soluções encontradas, conjuntamente, pelos especialistas dêsse órgão e pelas autoridades e técnicos locais. Em matéria de planejamento o concurso de técnicos do CEOSE foi substancial nos bem sucedidos e louváveis esforços de alguns Estados como o Rio Grande do Sul e a Bahia. Nenhum Estado deixou de ser visitado, ou por toda a equipe, ou por alguns de seus integrantes, o que não deixa de representar considerável esforço, tratando-se de um grupo de apenas cinco pessoas. Cuidou o MEC de utilizar nessa tarefa os próprios especialistas da Comissão, para colocar êsse esforço ao nível da ambição renovadora que anima o programa.

Vale ainda ressaltar o empenho do CEOSE em concentrar nas mesmas frentes de trabalho, além do seu próprio grupo, representantes do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e, segundo a região do país, das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, como vem ocorrendo com a SUDENE e a SUDESUL.

4. Tendo iniciado as suas atividades em março de 1967, o CEOSE apresenta o seguinte acervo de atividades:

- a) Nove Colóquios com a participação da Comissão: nos Estados da Paraíba, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte.
- b) Visitas (algumas, reiteradas) de Membros da Comissão, a todos os Estados.
- c) Elaboração de estudos (prontos para publicações) sobre a situação da educação em quatro Estados: Paraíba, Santa Catarina, Sergipe, Paraná - com sugestões precisas para a reformulação dos respectivos sistemas educacionais.
- d) Estudos sobre a reforma das Secretarias de Educação dos Estados de Goiás, Bahia, S. Paulo, e Rio Grande do Sul.
- e) Estudos estatísticos: "Proposições para o levantamento de dados estatísticos da Educação no Brasil", "Exame da Publicação Estatística "Situação Cultural", 1967, realizada pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura". "Projeto: "Custo da Educação no Brasil", "Nota sobre a Possível Orientação dos Trabalhos de Estatísticas Escolares em vista da Planificação".
- f) Estudos em desenvolvimento: "Custos da Educação no Brasil em 1966", "Diversos levantamentos estatísticos sobre a situação do ensino no Brasil".
- g) Numerosos estudos técnicos sobre planejamento e administração educacionais.

5. Para as atividades, acima referidas, contou o CEOSE, além do pessoal de Secretaria, com 1 especialista brasileiro e com peritos da UNESCO:

- 3, de maio de 1966 a maio de 1967;
- 2, de maio de 1966 a julho de 1968;
- 1, de julho de 1968 a dezembro de 1968.

As despesas do CEOSE totalizam: em 1967: NCr\$ 142.500,00
em 1968: NCr\$ 162.054,67

PLANO DAS ATIVIDADES DO CEOSE PARA O 1º SEMESTRE DE 1969

1. O reativamento das atividades do CEOSE em 1969 não pode deixar de conciliar duas ordens de interesses: a) o compromisso com os Estados, alicerçado em quase dois anos de trabalho, ao término dos quais atingimos o ponto exato de testar a experiência, e de, com as correções necessárias, promover a sua ampliação e consolidação; b) a unidade de pensamento e de ação dos serviços de assistência técnica, mediante o acionamento de mecanismos de coordenação geral pelo órgão a que estão vinculados - o INEP.

2. Continuidade da assistência aos Estados

A assistência técnica oferecida pelo CEOSE caracteriza-se, antes de tudo, pelo seu caráter abrangente. Visando, em cada Estado, abarcar a totalidade do sistema educacional, baseia-se no postulado de que pretender mudar apenas uma parte do sistema significa mobilizar tôdas as outras partes contra a mudança desejada. Por isso mesmo, os nossos instrumentos de ação, sobretudo no começo, são os instrumentos da totalidade: o planejamento e a estrutura político-administrativa. A estrutura compreende as condições institucionais básicas e, pois, permanentes, dentro das quais se organiza e se move o dinamismo dos Estados; o planejamento é a expressão eficiente desse dinamismo.

Êsses dois quadros referenciais - um só, se bem considerados - não representam uma simples moldura, fabricada de antemão, como se lhes conviessem, indiferentemente, os mais diversos conteúdos; ao contrário, destes é que eles resultam, ao mesmo tempo que os modelam e lhes refletem a especificidade própria. As soluções propostas nos dois mencionados setores são, portanto, em última análise, soluções pedagógicas.

Mas não abordamos os problemas pedagógicos apenas por essa forma indireta, que consiste em fixar-lhes os pressupostos e as condições determinantes, de natureza sociológica, econômica, administrativa e operacional, senão também de forma direta e específica.

Partindo dessas diretrizes, devemos entregar-nos, no 1º semestre de 1969, a quatro tarefas fundamentais: I) reiniciar os contatos com os Estados; II) promover cursos de formação e treinamento das equipes técnicas encarregadas da renovação educacional nos Estados; III) publicação de estudos resultantes de seis Colóquios; IV) reconstituição, em termos provisórios, da própria equipe do CEOSE, dotando-a de pessoal técnico indispensável ao cumprimento desses encargos. A êsses quatro itens correspondem os projetos I, II, III e IV, em anexo.

PROJETO I

COLÓQUIOS DE EDUCAÇÃO NOS ESTADOS DO CEARÁ E DE PERNAMBUCO

1. Apesar de já se ter realizado a primeira reunião do CEOSE em cada um desses Estados, não foi possível dar prosseguimento ao impulso inicial, em razão da falta de pessoal e de recursos financeiros, que determinou praticamente a paralisação de nosso programa nesse setor.

2. Segundo os moldes adotados nas últimas reuniões do CEOSE, à nossa equipe deverão reunir-se representantes do IPEA, da SUDENE e do CRPE de Pernambuco, correndo à conta dessas entidades as despesas com as respectivas representações. O staff do CEOSE será constituído de 6 pessoas, inclusive dois peritos da UNESCO.

3. Custeio do projeto:

a) CEOSE do Ceará:

Passagens aéreas: 5 Rio-Fortaleza-Rio NCR\$4.264,00

1 Recife-Fortaleza-Recife NCR\$270,30

Hospedagem: 4 pessoas (*) NCR\$800,00;

b) CEOSE de Pernambuco:

Passagens aéreas: 5 Rio-Recife-Rio NCR\$3.244,00 (**)

Hospedagem: 3 pessoas NCR\$600,00.

Duração do CEOSE: 4 dias em cada Estado.

(*) Os peritos da UNESCO dispõem de verba para êsse fim.

(**) Um dos elementos da equipe reside no Recife.

PROJETO II

PRIMEIRO CICLO DE ESTUDOS DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAIS

I - OBJETIVOS

1. Contribuir para a redefinição da infra-estrutura adiministrativa dos sistemas educacionais, com vistas à introdução do planejamen to racional da educação;
2. elaborar a metodologia dêsse planejamento.

II - TEMÁTICA

A) A reforma Administrativa dos órgãos diretores da Educação

1. A reforma do sistema administrativo federal e suas repercus-
sões nos Estados.
 - a) Análise da reforma
 - b) Repercussão no Ministério da Educação
 - c) Repercussão da reforma federal nos Estados, especialmente nas Secretarias de Educação:
 - I) quanto às relações entre êles e o Govêrno federal
 - II) quanto à possível assimilação por êles da sistemática federal.
2. Organização das Secretarias de Educação quanto às suas funções.
 - a) As funções essenciais da Secretaria de Educação e os ór-
gãos correspondentes. A divisão das funções e órgãos sob
dupla perspectiva: dos objetivos (atividades-fim e ativida
des-meio) e do poder (funções normativas, deliberativas e
executivas).
 - b) Discriminação e estrutura dos órgãos-fim. Os pressupostos
de:
 - I) doutrina educacional
 - II) organicidade
 - III) modo de operar
 - c) Discriminação e estrutura dos órgãos-meio; sua organizacida-
de e seu modo de operar:

- I) comunicação
 - II) documentação (fichários, cadastro e estatística; controle de dados)
 - III) administração de pessoal e de material
 - IV) orçamento e finanças
- d) Descentralização do sistema:
- I) descentralização do ponto de vista pedagógico-cultural
 - II) descentralização do ponto de vista administrativo
- e) Como assegurar continuidade à ação da Secretaria de Educação.
- Constituição e preservação de instâncias técnicas de alto nível.
- f) Condições para o aprimoramento do sistema educacional no âmbito da Secretaria de Educação.
- O problema do staff: categorias de especialistas que deve abranger; sua formação, recrutamento e remuneração.

3. Organização das Secretarias de Educação quanto às articulações do sistema (especialmente em função do planejamento)

- a) entre os vários níveis da administração pública: federal, estadual e municipal;
- b) entre o sistema público e o sistema privado da educação
- c) entre a Secretaria de Educação e o Conselho Estadual de Educação
- d) entre os órgãos-fim e os órgãos-meio.

B) Planejamento Educacional

1. Que é um plano de educação

- Distinção entre o planejamento como processo institucionalizado, e o plano como resultado do planejamento.
- A metodologia (segundo as condições legais e culturais)
 - Análise da situação. Objetivos. Compatibilidade intersectorial.
 - Integração em vários níveis: estadual, regional e nacional
- Os instrumentos.

- O planejamento no caso brasileiro: limites e permissões da lei (1).
- 2. Objetivos cívico-culturais (no campo da educação abrangendo sobretudo o ensino primário e o médio) (2).
- 3. Objetivos sócio-econômicos:
 - a) Efeitos econômicos da educação, segundo os níveis e modalidades de ensino (3);
 - b) Fixação de metas econômicas;
 - c) Cálculo econômico da educação:
- 4. Análise da situação educacional:
 - a) aspectos qualitativos;
 - b) aspectos quantitativos; o problema dos recursos financeiros:
- 5. Realização dos objetivos:
 - a) reformulação de estruturas e aperfeiçoamento dos padrões educacionais (aspecto qualitativo);
 - b) expansão do sistema educacional, discriminando-se os vários níveis e modalidades de ensino (aspecto quantitativo);
 - como diagnosticar as necessidades e como promover a expansão.
 - c) despesas de investimento e despesas de custeio (aspecto financeiro):
 - I) métodos e processos de calcular o investimento e o custeio (discriminar recursos humanos e recursos materiais);
 - II) volume de recursos necessários à realização das metas educacionais;

-
- (1) Nesse ponto serão evocados de passagem outros pressupostos do planejamento, embora o estudo pormenorizado destes fique reservado para outro seminário.
 - (2) Nas exposições sobre os objetivos cívico-culturais e econômicos, procurar-se-á discriminá-los e delimitá-los de um modo genérico, ainda que sob a inspiração das condições concretas da educação brasileira. A conversão desses objetivos em metas será estudada no ponto referente à "realização de objetivos".
 - (3) Embora possam ser lembrados modelos abstratos como base de referências, evitar-se-á a análise puramente econométrica que será estudada noutro seminário.

- d) a fixação dos prazos, seus pressupostos e métodos;
- e) avaliação e revisão periódica do Plano;
- f) a política da integração:
 - I) entre as várias áreas administrativas e níveis de poder, e entre o esforço público e o esforço privado.

6. Técnicas de planejamento educacional:

- a) como avaliar o rendimento do sistema educacional, discriminando fenômenos como a repetência e a evasão, a distribuição dos contingentes escolares por faixa de idade, etc.;
- b) como avaliar as despesas da educação e fixar os custos unitários;
- c) critérios e métodos para a racionalização das despesas da educação;
- d) o orçamento-programa como instrumento de política educacional; sua elaboração, execução e controle.

III- PROGRAMA DOS SEMINÁRIOS

Reforma do sistema administrativo federal.
Repercussões da reforma administrativa no
Ministério da Educação e Cultura

João Paulo Veloso
Edson Franco

Organização das Secretarias de Educação :
discriminação e estrutura dos órgãos-fim ;
descentralização do ponto de vista pedagógico.

Durmeval Trigueiro
Mendes (1)
Carlos Pasquale

Educação e desenvolvimento. O que é um plano de educação. Objetivos e fins. Metodologia.

D. Trigueiro Mendes
Arlindo L. Correa
Isaac Kerstenevsky

Pressupostos e condições institucionais, culturais e geo-econômicas do planejamento.

D. Trigueiro Mendes
José Arthur Rios

(1) O primeiro nome que figura ao lado de cada tema é o do relator, e os outros, dos debatedores.

O modelo brasileiro de planejamento em
educação

Arlindo L. Correa
Isaac Kerstenevsky
Carlos Maciel

Formulação e fixação de metas qualita-
tivas e quantitativas

Arlindo L. Correa
Isaac Kerstenevsky

Informações necessárias à elaboração
dos planos. Centro de informação, esta-
tísticas e cadastro. Matemática educa-
cional (cálculo de novas matrículas, re-
petição, deserção; amostragens)

Isabelle Deblé

Pesquisas educacionais e sua orienta-
ção; análise e tratamento dos dados co-
letados

Jayme Abreu
Carlos Maciel

Aspectos específicos do planejamento
do ensino primário

Carlos C. Mascaro
Lúcia Pinheiro Marques

Aspectos específicos do planejamento
do ensino médio

Carlos Maciel
Pery Porto

Aspectos específicos do planejamento
do ensino superior

D. Trigueiro Mendes
Van Gersdoff

Mecanismos necessários à formulação, e-
laboração, implantação, execução e ava-
liação dos planos

Carlos Maciel
Arlindo L. Correa

Programa de dispêndios. Estrutura de re-
cursos. Projeção de recursos prováveis
dos Estados e dos Municípios

Arlindo L. Correa
Carlos Maciel

O orçamento-programa como instrumento
de política educacional

João Paulo Veloso

Rotinas administrativas: administração dos recursos pela União e pelos Estados

Carlos Pasquale
Edson Franco

Administradores e técnicos na administração educacional. Constituição e preservação de instâncias técnicas de alto nível. Seleção, treinamento e remuneração de especialistas. Criação de novas categorias de especialistas no campo da educação

D. Trigueiro Mendes
Jayme Abreu

IV - ORGANIZAÇÃO DO CICLO

- a) O ciclo será realizado duas vezes, com o mesmo programa, em vista, não só de reunir os Estados em dois grupos, segundo um critério de relativa afinidade, como também estabelecer, com um número menos avultado de participantes, condições adequadas ao rendimento dos trabalhos.
- b) Local: Rio de Janeiro
- c) Duração: 3 semanas, devendo iniciar-se, para o 1º grupo, a 19 de maio e para o 2º grupo, a 16 de junho.
- d) Representantes: de cada Estado, três, e das entidades interessadas, 1 ou 2, a critério da coordenação do CEOSE.

V - CUSTO DO PROJETO

- a) O INEP fornecerá as passagens dos representantes dos Estados, e retribuirá aos relatores e debatedores que não pertençam à equipe do CEOSE nem à do IPEA, à razão de NCr\$ 200,00 para o relator, e NCr\$ 50,00 para o debatedor.
- b) Discriminação das despesas com passagens:
 - I) Primeiro grupo: passagens de ida e volta para 3 representantes dos seguintes Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte: NCr\$ 23.575,20

II) Segundo grupo: passagens de ida e volta para 3 representantes de cada um dos seguintes Estados: Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Distrito Federal: NCr\$8.994,00.

c) Discriminação das despesas de remuneração dos relatores e debatedores:

2 relatores (nos dois tempos do ciclo)	800,00
8 debatedores (nos dois tempos do ciclo)	800,00
	<hr/>
	1.600,00

d) TOTAL: passagens :	32.569,20
remuneração:	1.600,00
	<hr/>
	34.169,20

PROJETO III

PUBLICAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS SÔBRE A SITUAÇÃO EDUCACIONAL
DOS ESTADOS DE PARAÍBA, PARANÁ, SANTA CATARINA, PERNAMBUCO,
SERGIPE E CEARÁ

1. Tôda pesquisa, como é notório, só se completa quando, publicada, multiplica os seus efeitos e instaura um processo permanente de conhecimento. No caso do CEOSE, as publicações dos resultados e, ainda mais, dos processos utilizados para obtê-los, devem articular-se com um processo de conhecimento com vistas à ação, uma vez que se trata de pesquisa para fins administrativos e não meramente acadêmicos.

É da essência da assistência técnica essa ambivalência teórica-prática, mediante a qual se estabelece um vai-e-vem entre a pesquisa de laboratório e as contingências da ação. Os órgãos que a promovem não se confundem com os órgãos de pesquisa ou de administração, nem os substituem: seu trabalho em ambos se enriquece para, em troca, poder igualmente enriquecê-los. O mesmo se pode dizer quanto à documentação, cuidando o CEOSE de promovê-la junto aos fatos em que ela nasce, sem prejuízo - ao contrário - dos órgãos que a recolhem como produto final.

2. Tendo em vista a exiguidade do período fixado para a realização dos projetos, escolhemos os estudos que alcançaram certo grau de acabamento, deixando para outra oportunidade a publicação daquêles que exigem revisões ao contato renovado com as situações e os dados de que êles resultaram.

3. Custo do projeto:

Série Relatórios: 6 volumes relativos aos Estados de Paraíba, Paraná, S. Catarina Pernambuco, Sergipe e Ceará, de 80 p. com tiragem de 2.000 exemplares, em papel acetinado.

Preço de cada volume	NCr\$ 4.000,00
Total da série	NCr\$ 24.000,00

Série Administração Educacional: 1 volume de 50 p. contendo dois estudos sôbre princípios doutrinários referentes à reforma das Secretarias de Educação, um do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, e outro, do Prof. Michel Debrun, com tiragem de 2.000 exemplares, em papel acetinado .

	Preço do volume	NCr\$ 4.000,00
	Planejamento gráfico e revisão desses trabalhos	NCr\$ 3.000,00
	ORÇAMENTO GLOBAL	NCr\$ 31.000,00

Estas publicações serão editadas pelo Serviço Gráfico da Fundação I.B.G.E., seguindo o orçamento acima proposto, aproximadamente, os últimos preços de edições do INEP impressas nesse Serviço.

Projeto IV

RECONSTITUIÇÃO DA EQUIPE DO CEOSE

1. A equipe do CEOSE foi integrada, em largo período, por três especialistas da UNESCO e um especialista brasileiro, designado pelo INEP. Afastados aquêles, aguardamos a chegada de outros dois que se integrarão em nossas atividades: a Sra. Isabelle Deblé, para concluir a missão que interrompeu por dois meses, e o Sr. Van Gersdoff.

Do lado brasileiro, propomos como medida indispensável à realização dos quatro projetos do CEOSE, além da continuação das outras atividades em curso, a constituição de um staff provisório, cuja estrutura e remuneração seriam as seguintes:

a) Equipe técnica:

- 2 especialistas de categoria senior, NCR\$1.200,00 (cada um)
- 3 especialistas de categoria junior, NCR\$800,00 (cada um)

b) Equipe administrativa:

- 1 Secretário executivo: NCR\$576,00
- 2 Secretárias bilingue: NCR\$687,52
- 1 Datilógrafa: NCR\$236,52
- 1 Servente: NCR\$ 79,20.

2. Cabe esclarecer que em relação à equipe administrativa, permanece a situação atual quanto à estrutura e aos níveis de remuneração, apenas acrescidos, êstes, do aumento de 20%, por simetria com o que foi concedido ao funcionalismo público.

3. Despesas de custeio:

- Equipe técnica: NCR\$28.800,00
- Equipe administrativa: NCR\$ 9.475,44.

Outras atividades

Os projetos constantes do presente documento referem-se a atividades novas, sem prejuízo, obviamente, dos programas já iniciados, que são, esquematicamente, os seguintes:

a) no Paraná: acompanhamento dos trabalhos de reforma administrativa da Secretaria de Educação, e da implantação do sistema de planejamento educacional; assistência a levantamentos estatísticos em curso e consolidação dos métodos e processos do serviço de estatística;

b) no Rio Grande do Sul e na Bahia: acompanhamento dos respectivos planos de educação em sua fase de execução;

c) na Paraíba: assistência à implantação da reforma do sistema estadual de educação, cujo projeto está pronto para ser encaminhado à Assembléia Legislativa;

d) em Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Santa Catarina, Maranhão e Piauí: retomada dos contatos e dos estudos interrompidos, há alguns meses, por falta de pessoal e de recursos financeiros no CEOSE.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1968.

Nº 1186

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CEOSE

Senhor Diretor,

Solicito-lhe autorização para a Contabilidade efetuar o pagamento, de acôrdo com os Processos MEC nºs. 32.229/66 e 61.276/66, referente à parte executiva, assim discriminado:

PROF. DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES
Coordenador
dezembro de 1968 NCR\$ 720,00

REGINA COELI DA ROCHA FREIRE
Secretária Executiva
dezembro de 1968 NCR\$ 480,00

EDITH FERREIRA ENGELKE
Secretária Bilingüe
dezembro de 1968 NCR\$ 348,00

VANDA MARIA GOMES DA CRUZ
Secretária Bilingüe
dezembro de 1968 NCR\$ 141,60

TEREZA MARIA DA COSTA
Secretária
dezembro de 1968 NCR\$ 197,10

ABEDIAS AUGUSTO DE ALMEIDA
Servente
dezembro de 1968 NCR\$ 66,00

Informo a V. Sª que o aludido pagamento correrá por conta da verba INEP/CEOSE.

Atenciosamente,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CEOSE

N^o 1184

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1968

Senhor Secretário,

Tenho o prazer de me dirigir a V. S.^a a fim de agradecer e acusar o recebimento dos dados estatísticos da Universidade de São Paulo referentes aos anos de 1966, 1967 e 1968.

Aproveito a oportunidade para solicitar a V. S.^a, que a complementação dos dados referentes aos Institutos seja enviada com a maior brevidade possível.

Com os meus agradecimentos antecipados, sirvo-me da presente para reiterar a V. S.^a os meus protestos de elevado apreço e consideração.

Isabelle Deblé

Ilmo. Sr.

José Geraldo Soares de Mello
Secretário Geral da Divisão de Difusão Cultural
Universidade de São Paulo
Cidade Universitária
São Paulo - SP.

Nº 1182

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1968

Ao: Dr. Guido de Carvalho
Diretor-Substituto do INEP
Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do GEOSE

Senhor Diretor,

Tendo em vista a recomendação de V.S.ª, venho submeter à sua aprovação o programa do GEOSE a ser custeado com o saldo de NCr\$. 37.000,00 (trinta e sete mil cruzeiros novos) da verba destinada a este serviço no orçamento do INEP.

1. I Ciclo de Planejamento e Administração Educacionais (Projeto 1)	NCr\$29.087,70
2. Seminário sobre a Cooperação Internacional na área da educação (Projeto 2)	1.615,70
3. Pagamento do débito junto às companhias de aviação .	2.482,60
4. Remuneração dos serviços do GEOSE (nov. e dezembro)	4.000,00
	<hr/>
	36.702,70

Confiado no interesse de V.S.ª no sentido de ser concretizado esse programa, de indiscutível relevância para os objetivos do INEP, apresento a V.S.ª as minhas

Atenciosas saudações,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

PRIMEIRO CICLO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EDUCACIONAIS (março de 1969) (*)

Projeto 1

A) Programa

DIA 3	Reforma do sistema administrativo federal	João Paulo Veloso
4	Repercussões da reforma administrativa no Ministério da Educação e Cultura	Edson Franco
5	Organização das Secretarias de Educação : discriminação e estrutura dos órgãos-fim; descentralização do ponto de vista pedagógico.	Durmeval Trigueiro Mendes Carlos Pasquale
7	Educação e desenvolvimento. O que é um plano de educação. Objetivos e fins. Metodologia	Durmeval Trigueiro Mendes Arlindo Lopes Correa Isaac Kerstenevsky
8	Pressupostos e condições institucionais, culturais e geo-econômicas do planejamento	Durmeval Trigueiro Mendes José Arthur Rios
10	O modelo brasileiro de planejamento em educação	Arlindo Lopes Correa Carlos Maciel Isaac Kerstenevsky
11	Formulação e fixação de metas qualitativas e quantitativas	Arlindo Lopes Correa Isaac Kerstenevsky
12	Informações necessárias à elaboração dos planos. Centro de informação, estatística e cadastro. Matemática educacional (cálculo de novas matrículas, repetição, deserção; amostragens)	Isabelle Deblé
13	Pesquisas educacionais e sua orientação; análise e tratamento dos dados coletados	Jayne Abreu Carlos Maciel
14	Aspectos específicos de planejamento do ensino no primário	Carlos C. Mascaro Carlos Maciel

(*) O primeiro nome que figura ao lado de cada tema é o do relator, e os outros, dos debatedores.

- 15 Aspectos específicos do planejamento do ensino médio
Carlos Maciel
Pery Porto
- 17 Aspectos específicos do planejamento do ensino superior
Durmeval Trigueiro Mendes
Van Gersdoff
- 18 Mecanismos necessários à formulação, elaboração, implantação, execução e avaliação dos planos
Carlos Maciel
Arlindo Lopes Correa
- 19 Programa de dispêndios. Estrutura de recursos. Projeção de recursos prováveis dos Estados e dos Municípios
Arlindo Lopes Correa
Carlos Maciel
- 20 O orçamento-programa como instrumento de política educacional
João Paulo Veloso
Aluisio G. Mendes
- 21 Rotinas administrativas: administração dos recursos pela União e pelos Estados
Carlos Pasquale
Edson Franco
- 22 Administradores e técnicos na administração educacional. Constituição e preservação de instâncias técnicas de alto nível. Seleção, treinamento e remuneração de especialistas. Criação de novas categorias de especialistas no campo da educação
Durmeval Trigueiro Mendes
Jayme Abreu

B) Estrutura e custo do projeto

1. Entidade responsável: CEOSE, com a colaboração do IPEA.
2. Duração e local do Ciclo: de 3 a 22 de março, no Rio de Janeiro
3. Participantes: Três representantes de cada Estado, e representantes de entidades interessadas nos temas do Ciclo.
4. Custo: a) O INEP fornecerá as passagens dos representantes dos Estados, e retribuirá aos relatores e debatedores que não recebem remuneração do CEOSE nem do IPEA, à razão de NCr\$ 150,00 para o relator, e NCr\$ 50,00 para o debatedor de cada tema .

b) Orçamento:

Passagens	NCr\$ 27.026,70
Retribuição a relatores e debatedores	NCr\$ 2.061,00
	<hr/>
TOTAL	NCr\$ 29.087,70

C) JUSTIFICAÇÃO DO CARÁTER DE EXCEPCIONALIDADE QUANTO À ÉPOCA

1. Entre as atividades programadas pelo CEOSE com os recursos de 1968 se inclui o "1º Ciclo de planejamento e administração educacionais", previsto para o mês de março de 1968. Cabe-nos esclarecer, não só a necessidade de que se realize o referido projeto, como a impossibilidade de que isso possa ocorrer antes da época acima fixada. Dessas duas razões deverá ressaltar a justificativa ao caráter de excepcionalidade que nos parece deva ser atribuído ao projeto, nos termos do Decreto nº 6350/68.
2. Em 1º lugar, a assistência técnica oferecida pelo CEOSE se completa com a formação, em cada Estado, de uma equipe destinada às tarefas mais importantes em matéria de organização e planejamento educacionais, tendo em vista criar as bases de um processo auto-sustentado. Esse é o objetivo final de toda assistência técnica, já que não pretende o MEC substituir-se aos Estados, mas colaborar para que eles se habilitem a exercer de forma adequada a autonomia que receberam da Lei de Diretrizes e Bases. Vencidas todas as etapas de nosso trabalho junto aos Estados, o resultado final estaria comprometido sem esse indispensável complemento.
3. O projeto era submetido à apreciação de V.S.* estava concluído desde fins de 1967, deixando de ser realizado até agora por razões alheias e superiores à nossa vontade, particularmente de ordem financeira. Depois, tivemos a equipe parcialmente desfeita com a retirada de alguns de seus membros, peritos da UNESCO, por esta convocados para servirem noutros países. Dispondo, agora, de forma menos incerta, dos recursos financeiros para o empreendimento, e estando em vias de reconstituir-se a equipe, podemos igualmente restabelecer o projeto nos termos fixados no texto anexo. Seria contudo temerário, senão leviano, improvisar um encontro dessa relevância, sabendo-se da soma de providências a serem tomadas, não só no âmbito do CEOSE (particularmente no que se refere à redistribuição por outros especialistas dos encargos antes conferidos aos peritos da UNESCO transferidos do Brasil), como no âmbito dos Estados.

Projeto 2 - Seminário sôbre a Cooperação Internacional na área da Educação. (Dezembro de 1968)

Retribuição a três conferentes, à razão de NCr\$ 150,00	NCr\$ 450,00
Passagens de ida e volta de um dos conferencistas, residente na Bahia	NCr\$ 365,70
Retribuição aos taquigrafos	NCr\$ 800,00
	<hr/>
TOTAL	NCr\$1.615,70

No 1179

Rio de Janeiro, 19 de Novembro de 1968

Senhor Nassim Gabriel Mehedff
 Centro de Planejamento Educacional
 da Faculdade de Educação da
 U. F. M. G.
 Rua Carangola, 288
 3º andar - sala 313
 BELO HORIZONTE - Minas Gerais

Cher ami,

J'ai eu beaucoup de plaisir à connaître votre groupe et je vous prie d'être mon interprète auprès de M. Fontes pour lui transmettre ainsi qu'à vous tous mes remerciements pour l'accueil que vous m'avez réservé.

Je retrouve dans des notes prises à Porto Alegre la liste des indicateurs que le Groupe de Planification dirigé par Roberto Fachim devait utiliser pour la détermination des critères à adopter dans l'implantation des "ginásios orientados pelo trabalho". Je vous les envoie donc, mais je vous conseille d'écrire à Roberto au Conselho Estadual pour avoir plus de détails et surtout savoir si les résultats obtenus ont été concluants.

Nous avons sélectionné sept indicateurs:

1º) trois indicateurs statiques de l'éducation:

- a) nombre de salles de classe primaire +
 ↑
 superficie du município
nombre de cursos ginásiais,
 ↑
 superficie du município

ce dernier terme étant affecté d'une pondération particulière (on a pensé à 5 ou 10) pour le distinguer nettement du primaire.

- b) effectifs ensino primário comun
 ↑
 population de 7 à 11 ans
- c) effectifs ensino médio 1º ciclo
 ↑
 population de 12 à 15 ans

Ces trois indices seraient affectés de la pondération 1.

2^o) Indicie d'articulation entre 1^{er} et 2nd degré de l'éducation:

effectifs ensino médio 1^o ciclo ou

effectifs ensino primário

effectifs 1^o série ensino médio

effectifs 4^o, 5^o, et 6^o série ensino primário

Pondération 2.

3^o) Situation "da capital do município".

J'avoue que je ne me souviens pas ce que nous avons retenu pour cet indice. Je crois qu'il s'agit du % d'effectifs ensino médio 1^o ciclo concentrés dans la capitale.

Pondération 2.

4^o) Indices dynamiques

a) taux d'accroissement des effectifs primaires

Pondération n^o 3

b) taux d'accroissement des effectifs secondaires

Pondération n^o 3.

Je vais m'occuper de vous faire parvenir la documentation promise. Je pars pour Paris le 11 décembre à 20 heures et je suis ici très occupée.

Amicalement à tous

ISABELLE DEBLÉ

PROPOSITIONS POUR LES RELEVÉS DES DONNÉES STATISTIQUES
DE L'ÉDUCATION AU BRÉSIL

L'examen des questionnaires utilisés les années précédentes et jusqu'en 1968, la prise en considération des besoins de la planification, l'étude des enquêtes ou tentatives d'enquête réalisées dans divers états (questionnaires utilisés en 1966, 1967 et 1968 au Paraná, projets de questionnaires du Rio Grande do Sul, formulaires utilisés par le Plano Nacional de Educação etc.) l'analyse des publications statistiques existantes m'ont conduit à proposer:

- d'une part, un plan des recensements statistiques à effectuer chaque année, et périodiquement;
- d'autre part, des modèles de questionnaires à utiliser en 1969 et éventuellement dans l'avenir.

Parallèlement, un travail de relevé des ambiguïtés les plus fréquentes dans les termes employés et des propositions de définitions pouvant faire concorder les habitudes et les textes en usage dans chaque état est entrepris afin de servir de base à une diffusion auprès des enseignants, du personnel administratif, des établissements d'enseignement normal.

Toujours parallèlement une enquête est réalisée dans tous les états par l'intermédiaire des "Coordenadores Estaduais" (1) pour savoir s'il existe dans chaque Secretaria de Educação un service ou une section de statistiques, et dans l'affirmative pour connaître ses attributions, son action réelle ses moyens en personnel et en matériel, ses liaisons avec le département estadual de statistiques, ses possibilités d'extension et de fonctionnement à l'image du service fédéral, c'est-à-dire un rattachement technique à l'inspection de l'I.B.G.E. et administratif à la Secretaria de Educação.

(1) Les questionnaires ont été distribués au cours du Primeiro Encontro de coordenadores estaduais, tenu à Rio de Janeiro du 7 au 10 octobre 1968.

Enfin, un plan de diffusion et de publication des données est en cours d'études.

I - Plan des recensements statistiques à effectuer

a) Remarques préalables

Les nombreuses critiques à l'égard des statistiques jusqu'alors publiées ne m'ont pas paru entièrement justifiées. Le S.E.E.C. doit faire face à une administration extrêmement diversifiée, pour ne pas dire incohérente qui attend du service statistique les données qu'elle devrait elle-même lui fournir — les statistiques administratives sont à peu près inexistantes — La pluralité des autorités responsables de l'enseignement (dépendances fédérale, étatsdale, municipale, privée) rend extrêmement difficile la centralisation des données et justifie l'existence du réseau d'agents I.B.C.E. à compétence territoriale. Peut-être une solution d'avenir pourrait-elle consister dans la création d'une fonction statistique de chaque autorité responsable, le S.E.E.C. organisme central n'ayant alors qu'un rôle de rassemblement et de traitement de données déjà critiquées, contrôlées et rassemblées selon les directives qu'il enverrait.

Les différents services consultés par le S.E.E.C. avec une méconnaissance totale de la fonction et des limites d'un service de statistiques de l'éducation font des demandes de détails dont la finalité est confuse et qui paraissent le plus souvent destinées à découvrir des failles dans leur propre fonctionnement: si tel service recrute du personnel non qualifié est-ce au S.E.E.C. à le découvrir ?

Les services de recherches pédagogiques eux-mêmes n'hésitent pas à demander au S.E.E.C. des enquêtes dont les méthodes ne relèvent en aucun cas du recensement exhaustif par questionnaire rempli par le directeur de l'établissement (causes des abandons, état de santé de l'élève etc.).

Bref, il apparaît qu'il est à la fois nécessaire de simplifier et de compléter les questionnaires.

b) Recensements annuels

Ils relèveront ^(pour) chacun des degrés de l'enseignement scolaires:

Pré primaire
 1^{er} degré
 2^{ème} degré général
 technique
 normal
 Supérieur

et pour chacune des formes de l'enseignement post scolaire :
 ensino primário supletivo, ensino médio noturno etc.,
 les éléments suivants:

- 1 - dépendance administrative et situation rurale ou urbaine de l'établissement;
- 2 - nombre total de personnel attaché à l'établissement avec distinction par sexe et selon les grandes catégories de fonctions: administrative, enseignante, auxiliaire, technique selon les cas etc.;
- 3 - organisation de l'enseignement, c'est-à-dire selon les cas, utilisation des salles des classes par "turnos", différents types d'enseignement du second degré dispensés etc.;
- 4 - nombre total des élèves avec répartition par sexe, par année d'étude, en distinguant les redoublements, l'âge et les résultats obtenus.

c) Recensements périodiques

Il a paru qu'une des sources d'incertitudes les plus sérieuses provenaient de l'utilisation d'un même bâtiment pour le fonctionnement de plusieurs unités scolaires qui remplissent chacune un formulaire; l'équipement physique, nombre de constructions est mal connu et le nombre de salles de classe est surestimé, un bâtiment de trois salles peut être compté trois fois: matin, après-midi, soir, et rien dans l'annuaire ne permettra d'identifier qu'il n'existe pas neuf salles de classe mais trois.

Ce même procédé dénombre les fonctions d'enseignant exercées, mais non les personnes exerçant la profession enseignante.

Il a donc paru nécessaire de prévoir dès 1969 un premier recensement des constructions scolaires, chaque ensemble étant identifié par un numéro de code qui sera reporté

chaque année sur les fiches des "écoles"; il pourra donc exister 3 écoles 202, 203 et 204 portant le même numéro de construction: 158.

Ce recensement des constructions scolaires pourrait avoir lieu tous les 4 ou 5 ans selon les possibilités techniques du service.

En 1970 ou 1971 — toujours en tenant compte des limitations d'ordre technique, car il est parfaitement inutile de relever des données qui ne pourraient être exploitées — devra avoir lieu un recensement du personnel enseignant qui viserait à connaître:

- le sexe, l'âge, la qualification, les fonctions et le temps de service de chaque personne.

Le nombre élevé de professeurs conduira sans doute à échelonner les opérations et à recenser tour à tour, d'abord le personnel de l'enseignement supérieur — qui semble le plus mal connu — puis le personnel de l'enseignement du 1^{er} degré — dont un recensement partiel a été fait en 1964 —, enfin le personnel du second degré qui a été recensé en 1966 et dont on devrait connaître en 1969 les caractéristiques essentielles.

Tant que les services administratifs de l'éducation ne seront pas en mesure d'assurer eux-mêmes le relevé et le contrôle des données, il serait irréaliste d'envisager d'autres relevés comme le matériel pédagogique par exemple.

II - Modèles de questionnaires à utiliser 1969

Tous les questionnaires indiquent la dépendance administrative et la localisation rurale ou urbaine de l'établissement.

EP.04 - enseignement pré-primaire - Voir modèle ci-joint - distingue le jardin d'enfants de l'école maternelle, indique le nombre et le sexe de professeurs, le nombre, le sexe et la répartition par âge des enfants.

EP.01 - enseignement primaire - école à maître unique.

- indique le sexe, la qualification du professeur,
- par année d'études et par sexe le nombre d'élèves le 30 avril de l'année en cours selon le nombre d'heures de classe qu'ils reçoivent, leur répartition par âge et le nombre de redoublants,
- toujours par année d'étude et par sexe, les effectifs ^{et} le

nombre d "aprovações" de la fin de l'année scolaire précédente.

EP.02 - enseignement primaire - autres écoles. Il indique:

- le nombre de salles de classe;
- le nombre et le sexe du personnel attaché à l'établissement en distinguant administratif, enseignant, dont avec "regência de classe", subalterne, "afastado";
- l'organisation scolaire c'est-à-dire l'utilisation des salles de classe selon les "turnos", le nombre d'heures dispensées aux élèves par année d'étude;
- la qualification et l'utilisation du personnel "com regência de classe";
- le nombre éventuel d'internes ou de demi-pensionnaires;
- les mêmes données que la fiche précédente concernant les élèves.

EE.01 - Enseignement secondaire.

Il indique:

- le nombre et le sexe du personnel attaché à l'établissement selon les grandes catégories définies et en distinguant pour les enseignants les diplômés des Facultés et les employés à temps complet;
- le nombre et le sexe des élèves boursiers;
- le nombre et le sexe des élèves internes, demi-pensionnaires et externes;
- par type d'enseignement (secondaire, technique, normal) et éventuellement par spécialisation technique, en distinguant les deux cycles de l'enseignement et le "diurno" du "noturno":
 - le nombre et le sexe de professeurs dispensant des cours;
 - le nombre et le sexe des candidats et des admis à l'examen d'admissão;
 - par année d'étude et par sexe, le nombre d'élèves le 30 avril de l'année en cours, leur répartition par âge, le nombre de redoublants;
 - toujours par année d'étude et par sexe, les effectifs et le nombre d "aprovações" de la fin de l'année scolaire précédente;
 - le nombre et le sexe des candidats et des admis à l'examen de "madureza"

EP.03 - Enseignement primaire des adultes:

- Il distingue parmi les professeurs ceux qui enseignent également dans l'enseignement primaire scolaire et indique la répartition des effectifs par année d'étude et par sexe au début et à la fin de l'année scolaire aussi que les résultats obtenus.

Rio de Janeiro, le 18 octobre 1968

Isabelle Deblé

SIMPÓSIO INTERAMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLARG.E.A. - I.N.E.P. - A.N.P.A.E.SESSÃO REALIZADA NO DIA 15.10.68INTERVENÇÃO DA REPRESENTANTE DA UNESCO - Mlle. DEBLÉ

Monsieur le Président, Madame et Messieurs les Délégués, Mesdames, Messieurs. En demandant à être représenté à ce Symposium Interaméricain sur l'Administration de l'Éducation, Monsieur le Directeur Général de l'UNESCO a tenu à marquer l'intérêt tout particulier qu'il apportait à vos travaux. Je remercie Monsieur le Président de m'autoriser à prendre la parole, et je remercie tout particulièrement les interprètes qui ont bien voulu me permettre d'utiliser ma langue d'origine.

Il y a deux mois s'achevait à Paris la troisième Conférence Internationale de l'UNESCO sur la Planification de l'Éducation et les Problèmes d'Administration y ont été longuement évoqués. Le document préparé avec l'aide de tous les pays, et discuté, comprenait trois parties: une rétrospective sur les dix dernières années écoulées, un état actuel de la situation et une vision des impératifs d'avenir. Le document ne cache pas que, si des progrès ont été accomplis en matière de développement de la scolarisation et de la planification, de nombreuses insuffisances ont été observées, et parmi la liste des facteurs négatifs le plus souvent rencontrés, je dois noter, dans ce document, en quatrième position "la résistance socio-psychologique de nombreux administrateurs" et en septième position "la faiblesse de l'administration de l'éducation, mal adaptée aux immenses tâches du développement qu'elle doit maintenant assumer".

L'année dernière, à la Conférence de Williamsburg, M. Coombs, Directeur de l'Institut International de Planification de l'Éducation énumérait, dans un document désormais célèbre, cinq objectifs prioritaires d'une stratégie destinée à résoudre la crise de l'Éducation. En premier lieu, il notait la modernisation de la gestion de l'Éducation. Cette modernisation de la gestion figure, également, en très bonne place, parmi les impératifs d'avenir de ce document, et un chapitre entier dans la troi-

sième partie est consacré aux problèmes de l'administration de l'éducation.

Ce Symposium, et les nombreuses interventions qui y ont été faites, démontrent la volonté d'affronter cette situation et il n'est pas dans mon propos de m'attarder sur les causes d'un état de fait dès lors connu.

Je voudrais, simplement, souligner, tout ce que vos travaux apportent d'espérance pour l'avenir.

Les organisations internationales ont toujours eu le souci de faire bénéficier tous les pays des recherches entreprises dans les différents points du monde. L'hommage, que vous avez rendu à M. Culbertson pour son éminente contribution, prouve combien vous êtes sensibles à la communication des plus récentes méthodes d'administration utilisées aujourd'hui, en particulier aux Etats-Unis. Mais, ces mêmes organisations internationales savent aussi, que l'aide au développement ne se ramène pas à un simple "transfert" de savoir-faire, même s'il est accompagné de la fourniture de "l'équipement adéquat" et qu'il faut que chaque pays s'efforce de constituer son propre ensemble opérationnel, adapté à ses propres réalités physiques, économiques, sociales et culturelles. Il est net que toutes vos interventions ont traduit un effort dans ce sens.

Particulièrement intéressée, non seulement parce-que représentant le Directeur Général de l'UNESCO, mais aussi parce-qu'engagée dans un programme d'aide au Brésil, j'aurais aimé, brièvement, m'efforcer de tirer les enseignements des travaux d'une telle réunion.

Il a été fait allusion, dans la première partie de ce Symposium à des méthodes modernes, comme la recherche opérationnelle, dite encore "analyse des systèmes" et elle a pu apparaître à certains une technique inutilisable dans l'administration scolaire en Amérique Latine.

Et il est vrai, que sa forme élaborée, actuellement utilisée systématiquement en Californie par exemple, dans le domaine de l'éducation, dans un programme particulier, le P.E.P. (Preparation Educational Planners) ne se prête nullement au "transfert" pur et simple dans les pays de l'Amérique Latine.

Cependant, en réalité, comme méthode, qu'est-ce que la recherche opérationnelle ? Elle a pour but "de tirer le meilleur parti possible d'une quantité limitée de moyens, elle procède par analyse scientifique des

objectifs, des opérations et tâches successives nécessaires pour atteindre ces objectifs, des ressources disponibles, du temps accordé, du temps indispensable".

Ces principes, ce processus d'analyse sont-ils vraiment inapplicables dans les pays en voie de développement et dans le domaine de l'administration de l'éducation?

Je ne prétends pas ici, traiter l'ensemble du sujet, bien sûr, mais j'aimerais l'aborder très rapidement pour voir ce que cette méthode peut nous apporter. Elle nous invite à définir scientifiquement les objectifs de l'administration de l'éducation. Il est en effet apparu, au cours des travaux que des confusions existaient parfois. Les ambiguïtés les plus fréquentes? Quelques questions peuvent les faire surgir:

L'Administration de l'Éducation est-elle ou non, planification? Est-elle inspection? Si oui, est-elle inspection d'ordre pédagogique? C'est-à-dire aide-t-elle le professeur à mieux faire sa classe? Ou est-elle d'ordre administratif? C'est-à-dire vise-t-elle à améliorer la marche générale de l'établissement? Est-elle organisation du système d'enseignement ou bien est-elle organisation scolaire à l'intérieur d'un établissement? La formation des maîtres, la réforme des programmes, l'élaboration des textes législatifs incombent-ils à l'Administrateur ou non? La gestion d'un internat de 500 élèves ou celle d'une Université de quatre à cinq mille étudiants sont-ils des problèmes relevant de l'Administration de l'enseignement?

En fait, ces questions sont mal posées. Il n'y a pas une réponse type, il n'y a pas une solution type. Chaque pays peut souhaiter avoir telle ou telle sorte d'organisation, mais il doit le faire sciemment, en toute connaissance de cause.

L'analyse des systèmes, au niveau le plus simple, consisterait à établir sur une même feuille, deux colonnes, l'une consacrée aux faits existants, à la pratique administrative actuelle, l'autre destinée aux objectifs qu'on souhaite atteindre et on pourrait diviser chaque colonne en deux sous-colonnes. Dans l'une la fonction administrative et dans l'autre la formation correspondante. Car il ne faut pas confondre formation et fonction. Un éducateur peut fort bien accomplir des fonctions administratives, c'est un fait courant aujourd'hui. Mais cette méthode permet d'aboutir ainsi, à définir d'une façon claire quels types de fonctions administratives sont ou seront nécessaires dans son propre pays, et à quels niveaux.

Il est, en effet, indispensable dans l'analyse, de partir de l'objectif, c'est-à-dire, de la fonction administrative. L'Administration de l'Éducation, de l'enseignement, n'est pas une fin en soi; elle est le moyen d'une politique scolaire, définie ou non, mais qui n'en existe pas moins. C'est à dessein que j'emploie le terme de politique scolaire et non pas de politique d'éducation. Le terme de politique d'éducation nous entraîne à des considérations philosophiques sur une conception plus ou moins humaniste, plus ou moins utilitariste. En fait, une politique scolaire, c'est l'ensemble des mesures qui aboutissent à la politique d'effectifs - il y a des pays qui adoptent la politique d'augmenter les effectifs en volume, et il y en a d'autres qui adoptent la politique de l'amélioration du flux - à la politique d'enseignants, on peut chercher à recruter des enseignants à tel niveau et on peut également donner la priorité à tel degré d'enseignement, le 2^d degré, par exemple, ou à tel type d'enseignement, technique peut-être.

Que cette politique soit voulue ou non, elle est mise en oeuvre par l'administration et l'administration se concrétise par des tâches précises. Et alors, en passant en revue les divers niveaux où intervient l'administration, on verra surgir l'échelon ministériel, le niveau régional avec ses différentes subdivisions territoriales et le niveau de l'établissement scolaire lui-même.

Quel que soit le niveau, les fonctions vont du Chef de Service à l'Employé d'Administration, et il faut souligner dans les pays en voie de développement l'importance de ces cadres moyens et subalternes d'exécution dont la formation est trop souvent négligée.

Une définition de chacune des tâches administratives permettra de distinguer les différents types de formation à envisager. Il est des cas où une même formation, générale par exemple, ou bien une formation d'éducateur, avec parfois un court "recyclage" selon le terme aujourd'hui consacré, permettra d'assumer plusieurs de ces fonctions administratives. Cela arrivera souvent dans les petits pays où le nombre d'enseignants et d'élèves, ne justifie pas l'utilisation de techniques très mécanisées ou de techniques très modernes. Mais dans les grands pays, où les effectifs atteignent 15 millions, où le nombre d'écoles primaires est de l'ordre de 150.000 et le nombre des établissements considérés comme universitaires de cinq ou six cents, on apercevra très vite qu'il est de plus en plus nécessaire d'avoir des services fonctionnels et d'autres opérationnels. La planification, les programmes sont d'ordre fonctionnel; la gestion du personnel, la gestion du budget sont d'ordre opérationnel.

Il existera donc, selon les cas, des formations spécifiques qui pourront être tout entières consacrées aux problèmes de l'enseignement; dans d'autres cas, il pourra exister des options "éducation" dans des formations plus techniques: il y aura des économistes de l'éducation, de sociologues de l'éducation, des statisticiens de l'éducation, etc...; enfin une part d'administration scolaire introduite dans les programmes des différents établissements d'enseignement; par ailleurs, une simple formation professionnelle en administration, ces formations pouvant être plus ou moins longues.

Dans un ministère d'éducation apparaîtront très souvent trois catégories de personnels. Je parle, ici, de l'échelon ministériel le plus haut; les techniciens purs, comme les éducateurs, les professeurs - on ne comprendrait pas que les professeurs n'établissent pas des programmes - mais il y aura aussi des économistes, des architectes, des statisticiens, des sociologues, etc... Il y aura les administrateurs purs chargés de la gestion, et les chefs de service qui sont des "directeurs gestionnaires", dont la formation peut être diverse, mais qui devraient presque toujours être, sinon des professeurs, du moins des éducateurs. Chacun sait, cependant, que les pouvoirs de décision appartiennent en fait à des personnalités diverses et souvent politiques.

Seule la définition précise des différentes fonctions d'administration nécessaires permettra d'aboutir à une adéquation entre la formation et la fonction et de prévoir le nombre de personnes à former dans telles spécialités et à tels niveaux.

Si vous comparez la colonne des faits et la colonne des objectifs, vous aurez en quelque sorte le chemin à parcourir. Et apparaîtront, ainsi, ce que je peux appeler les défaillances: les formations inutiles, le trop grand nombre de généralités et le manque de formations spécifiques. Car, n'y a-t-il pas souvent gaspillage de la formation reçue, quand on voit des professeurs enfermés dans des bureaux à gratter du papier sans utiliser leurs qualités professionnelles et humaines? N'est-ce pas une forme de sous-emploi? Par contre, si une Université existe et compte 4 à 5.000 étudiants, tel Recteur, sans doute illustré savant et professeur de grand mérite a-t-il nécessairement les qualités pour gérer un énorme budget, ses professeurs, ses étudiants, pour prévoir et équiper ses laboratoires, programmer son extension? S'il les a, ou bien s'il les a acquis, alors il deviendra en fait, un administrateur et il est perdu pour la recherche et pour l'enseignement, car il devra se consacrer entièrement à l'administration.

Chacun doit savoir se situer dans l'espace et dans le temps, selon la formule chère à l'UNESCO, et adapter les fonctions administratives aux réalités de son pays. Il y a les problèmes de l'administration brésilienne, il y a les problèmes de l'administration argentine, de l'administration équatorienne, etc ... Lorsque faits et objectifs auront été analysés, on pourra alors définir les voies et les moyens qui permettront d'atteindre les objectifs, et c'est là qu'interviennent les ressources disponibles en hommes et en moyens, que pourront être définies les mesures provisoires, les systèmes de formation continue du personnel, etc ... l'avenir à prévoir sans compromettre le présent.

Cette méthode permet de tenir compte de toutes les situations. On évite, par exemple, l'introduction d'un équipement mécanique et électronique dans un petit pays. On ne crée pas artificiellement des fonctions. Quand l'organe n'existe pas, pourquoi créer la fonction ? N'est-ce pas là le véritable danger du "transfert pur et simple" des exemples voisins ?

Voilà un exemple de l'apport des techniques modernes d'analyse du travail, techniques qui sont utilisées dans les entreprises. Je suis persuadée qu'elles sont, dans leurs principes applicables à l'Amérique Latine, et aux domaines de l'Administration de l'enseignement.

Je voudrais faire une remarque, qui me tient à coeur: il n'est pas question, et il n'a jamais été question, de réduire les besoins de l'homme à ses besoins économiques. Mais l'homme qui maîtrise sa technique et dont la profession répond aux aspirations légitimes que lui donne la formation reçue, est à mon avis, un homme plus libéré que celui à qui, au nom d'idéaux vaguement humanistes, on n'a pas donné les moyens d'affronter les conditions de vie qui l'attendent et qui se sent frustré très justement dans ses aspirations légitimes.

Je ne voudrais pas terminer sans aborder un autre thème. Je ne reviendrai pas sur l'importance des facteurs humains dans l'administration de l'éducation. Vous l'avez soulignée, comme elle l'est également dans ce document de l'UNESCO. Mais je sais combien les résistances socio-psychologiques aux innovations proviennent, souvent, de l'inquiétude ressentie par les chefs de service actuels devant des techniques qu'ils ignorent et devant des jeunes qui, eux, connaissent ces techniques. L'Administration cependant, aujourd'hui ne peut plus se borner à ne baser son autorité que sur l'ancienneté, ou sur l'application de textes

pour suppléer au manque de formation administrative. Mais, qui donc, mieux que l'éducateur, et que l'éducateur qui a des fonctions de responsabilité, qui donc, mieux que lui, est capable ou devrait être capable de s'actualiser, de former sans crainte une équipe, d'avouer sans honte sa méconnaissance des mathématiques modernes ou des ordinateurs, de savoir s'entourer de techniciens, mais d'affirmer son expérience, sa connaissance de l'enseignement, ses qualités de responsable, de "leader" ? Les "leaders" ont toujours eu moins de compétences techniques que les membres de leur communauté, mais eux seuls ont su diriger, ont su orienter, ont su guider.

Il n'est pas pensable que l'administration de l'enseignement soit aujourd'hui un obstacle à la crise de l'éducation et ne cherche de solutions que dans son histoire et dans son passé. Sa modernisation n'est qu'un des aspects de l'utilisation rationnelle des ressources humaines, dont il apparaît de plus en plus clairement qu'elle est un des éléments primordiaux du développement.

Votre présence ici, et les engagements de l'O.E.A. sont la preuve que demain surgiront des formules nouvelles. Comme disait un des grands écrivains français de ce siècle, Paul Valéry, "on n'entre pas dans l'avenir à reculons". Et pour ma part, j'ajouterai que Brasilia symbolise à merveille cette affirmation.

Mesdames et Messieurs je vous remercie de votre attention.

Rio de Janeiro, le 21 août 1968

A l'attention du Professeur Mascaro directeur de l'I.N.E.P.

Conformément à l'orientation proposée dans mon rapport du 12 juillet, j'ai depuis deux mois essayé d'organiser mon travail en fonction d'une part des besoins de la planification de l'éducation, d'autre part de l'appareil statistique existant au ministère et dans les deux cas en envisageant le long et le court terme, le niveau fédéral et le niveau estadual.

I - Besoins de la planification de l'éducation

1. Au niveau fédéral, les liaisons avec l'IPEA sont très bonnes et ont permis de définir avec précision ses besoins en matière de statistiques de l'éducation. La collaboration est franche et efficace; non seulement les séances de travail sont fructueuses, mais encore un document a été élaboré pour répondre à ma demande (1).

Par ailleurs, dona Zenaide Cardoso Schultz prépare l'envoi d'une lettre aux membres de la Commission constituée avant mon arrivée, sollicitant la définition de leurs besoins statistiques.

2. Au niveau estadual, après l'"Encontro de Porto Alegre", des liaisons sont assurées avec les trois états du Sud.

Je me suis rendue à Curitiba du 5 au 10 août dernier, afin d'aider la section statistique de la Faculté de Philosophie et la FUNDEPAR, d'une part au traitement et à l'analyse des données déjà rassemblées d'autre part à la préparation des nouvelles enquêtes orientées vers les besoins de la planifi-

(1) As estatísticas educacionais mínimas necessárias ao planejamento do ensino primário ao nível nacional.

cations. Mon plan de travail prévoit un retour à Curitiba fin septembre ou début octobre lorsque le traitement électronique des données 1967 sera terminé et lorsque les questionnaires 1968 seront rassemblés. L'équipe de travail alors constituée pourra s'initier à l'analyse pour 1967, préparer un programme d'exploitation plus approprié pour 1968 et envisager à la lumière des résultats précédents les travaux ultérieurs.

Le Conseil Estadual de l'Education de Porto Alegre a par ailleurs demandé par télégramme en date du 14 août ma collaboration, qui avait été prévue début juillet au cours de cette "Rencontre" dans le cadre des CEOSE. Il m'apparaît utile de répondre à cette demande; l'Assessoria de Planejamento est de toutes manières décidée à procéder à un recensement scolaire, et sa participation à l'élaboration des travaux pourrait assurer l'harmonisation des enquêtes actuellement réalisées.

- Enfin le 14 août une visite de dona Onira de Carvalho Barroq "Diretora da Divisão de Pesquisas Educacionais" du Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Belo Horizonte, m'apprend qu'elle a entrepris l'exploitation des données de l'enseignement secondaire et supérieur de 1966 - fiches SEEC - en vue d'un traitement électronique et aux fins de travaux de planification, mais qu'elle se heurte à des difficultés et demande ma collaboration. Une séance de travail est fixée au 23 août à Rio, dès qu'elle aura reçu de Belo Horizonte les tableaux sans lesquels une discussion ne peut qu'être verbiage. Il sera donc sans doute utile de prévoir un déplacement vers Belo Horizonte.
- Afin de ne pas disperser les efforts, je suggère que mes autres déplacements se limitent aux Etats ayant déjà avancé leurs travaux de planification et de statistiques, c'est-à-dire semble-t-il Bahia et Pernambuco et se situent dans le cadre des activités antérieures des CEOSE pour bénéficier des structures déjà mises en place.

II - Service des Statistiques de l'Education et de la Culture

Le résumé du travail accompli avec le SEEC est donné ci-après.

III - Groupes de travail

1. Le groupe de travail INEP/MEC est composé de Dona Zenaide

Cardoso Schultz, dona Linda Andrade et docteur Paulo Rangel. Je suggère, étant donné la diversité de leurs formations et de leurs intérêts que chacun se consacre à un aspect particulier du travail nécessaire. Je propose les orientations suivantes:

- a) L'analyse des travaux statistiques antérieurement réalisés montrent qu'il existe actuellement une grande confusion dans l'interprétation des termes utilisés.

Il est donc indispensable tout d'abord d'identifier les erreurs commises et de fixer une terminologie commune aux statisticiens, aux éducateurs, aux administrateurs et aux planificateurs des différents états. Ce travail pourrait être présenté non pas comme un glossaire ennuyeux et rebutant, mais comme une publication illustrée d'exemples concrets d'utilisation des données à recueillir. Il pourrait servir de base à des cours de statistiques de l'éducation à diffuser dans tous les établissements de formation du personnel enseignant, des administrateurs de l'enseignement, des statisticiens de l'éducation.

J'ai confié à dona Zenaide Cardoso Schultz la responsabilité de ces travaux d'ordre normatif et pédagogique.

- b) L'organisation du service des statistiques de l'éducation au Brésil, sa structure et ses moyens d'action du niveau fédéral aux niveaux estadual et municipal, ses liaisons avec les différents services et organismes de la planification et de l'administration de l'enseignement, doivent faire l'objet d'une analyse détaillée qui aboutirait à plusieurs propositions d'organigramme et fonctionnement. J'ai demandé ce travail au Dr. Paulo Rangel.

- c) Je souhaiterais initier dona Linda Andrade aux problèmes d'analyse et d'interprétation des données recueillies et lui demander de m'assister plus particulièrement en matière de traduction et d'adaptation. Elle pourrait être étroitement associée à mes travaux de recherche sur les modèles utilisés antérieurement et aux investigations que je souhaiterais entreprendre.

2. Le groupe de travail constitué par M. Jacques Torfs pour une recherche sur les dépenses et les coûts de l'enseignement en 1966 est composé de Maria Luisa Barbosa de Oliveira (CBPE),

Maria Antônia de Jesus (CEPE), Lucia Maria Nagasawa (CEOSE) et Roberto Azevedo Cunha (IPEA). Conformément aux désirs exprimés par Monsieur Torfs je coordonne actuellement leurs activités et une série de résultats pourront bientôt être communiqués.

3. J'assume personnellement l'analyse de quelques données statistiques disponibles pour évaluer le redoublement et les diverses formes d'évasion des élèves ainsi que la distribution des âges à chaque niveau scolaire dans trois états Guanabara, Rio et Parana.

IV - Suggestions

La déficience constatée dans les statistiques de l'éducation, le manque d'intérêt pour les problèmes qu'elles posent, l'insuffisante formation des personnes appelées à les recueillir et à les utiliser, l'absence des liaisons existant entre planificateurs, administrateurs et statisticiens m'amènent à suggérer l'organisation en novembre 1968 d'un Séminaire sur les Statistiques de l'Éducation. Il pourrait se dérouler à Rio de Janeiro, réunir la collaboration de personnes qualifiées provenant des services de l'Éducation, de la Planification du SEEC et de l'IBCE, et s'adresser à des éléments venus des différents États comme du niveau fédéral qui pourraient plus tard constituer un noyau technique solide et stimulant.

Il est évident qu'un tel projet a des implications financières qu'il convient d'étudier.

Les communications de ce Séminaire pourrait faire l'objet d'un numéro spécial de la Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, ce qui assurerait aux travaux une diffusion plus large.

V - Difficultés rencontrées

Je persiste à penser qu'une ambiguïté demeure qui consiste à me faire travailler pour le SEEC à l'intérieur de l'INEP. J'essaie de résoudre les problèmes par des contacts techniques personnels visant plus l'amélioration du processus d'élaboration des statistiques que la réforme des structures.

Seuls le bureau et les secrétaires des CEOSE rua Voluntários da Pátria m'offrent des conditions de travail décentes du point de vue calme relatif indispensable à la réflexion et à la rédaction, d'une part, efficacité administrative dans la dactylographie, le clas-

sement, la traduction d'autre part. Le bureau du Ministère est peu propice au véritable travail, mais se prête aux réunions et aux échanges et j'y assure une présence hebdomaire de 15 à 20 heures environ.

Le départ de deux experts UNESCO de planification de l'éducation m'a laissée, du point de vue contacts avec l'ensemble du système d'enseignement brésilien, assez isolée, ce qui, psychologiquement et professionnellement affaiblit la "rentabilité" d'une mission de six mois.

Je souhaiterais obtenir vos observations sur ce programme de travail et sur les suggestions présentées.

ISABELLE DEBLÉ

Nº 1168

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1968

à : Responsável pela Contabilidade do INEP
da: Secretária Executiva dos CEOSE

Senhora Responsável pela Contabilidade do INEP,

Em resposta ao seu Expediente Interno nº 44/68, tenho a satisfação de enviar-lhe a lista das requisições de passagem extraídas pelos CEOSE no ano de 1968, assim como a 3ª via das mesmas.

Anexo, seguem, também, duas passagens a serem devolvidas à VASP, uma delas de março deste ano, que só agora veio às minhas mãos.

Pondo-me à sua disposição para quaisquer esclarecimentos, subscrevo-me,

Atenciosamente,

Regina Coeli da Rocha Freire

Regina Coeli da Rocha Freire
Secretária Executiva - CEOSE

REQUISIÇÕES DE PASSAGEM FEITAS EM 1968

Nº	COMPANHIA	BENEFICIADO	TRECHO	DATA	SITUAÇÃO
46	Cruzeiro	Jacques Torfs	Rio-S.Paulo-Rio	17/1/68	
47	Varig	Jacques Torfs	S.Paulo-Salvador-S.Paulo	17/1/68	
48*	Cruzeiro	Michel Debrun	Rio-Recife-Rio	23/1/68	
49*	Vasp	Durmeval Trigueiro Mendes	Rio-S.Paulo-Rio	19/3/68	
50	Vasp	Michel Debrun	Rio-Belém-S.Luiz-Terezina-Fortaleza-Rio	22/3/68	- Devolvido trecho Fortaleza-Natal (of. 1043) - A ser devolvido o trecho S.Luiz-Terezina-Fortaleza (bilhete anexo nº 430742)
51	Varig	Carlos Frederico Maciel	Recife-S.Luiz-Terezina	22/3/68	
52	Vasp	Carlos Frederico Maciel	Terezina-Fortaleza-Recife	22/3/68	- Devolvidos os bilhetes nº 430744 e 430745, correspondentes a essa requisição (of. 1043)
53	Vasp	Jacques Torfs	Rio-B.Horizonte-Rio	27/3/68	
54	Varig	Jacques Torfs	Belo Horizonte-Rio	27/3/68	
55	Cruzeiro	Jacques Torfs	Rio-Curitiba-Florianópolis	10/4/68	
56	Varig	Jacques Torfs	Florianópolis-P.Alegre	10/4/68	
57	Cruzeiro	Jacques Torfs	Pôrto Alegre-Rio	10/4/68	

C. B. P. E.

* Nota: Foram feitas, por engano, duas requisições sob o nº 48. A 2ª, então, está arquivada sob o nº 49, na ordem aqui dada.

REQUISIÇÕES DE PASSAGEM FEITAS EM 1968 (p. 2)

	COMPANHIA	BENEFICIADO	TRECHO	DATA	SITUAÇÃO
58	Vasp	Michel Debrun	Rio-Fortaleza-Recife-Rio	2/5/68	
59	Varig	Michel Debrun	Fortaleza-Natal-Fortaleza	2/5/68	
60	Varig	Carlos Frederico Maciel	Recife-Natal-Fortaleza	2/5/68	
61	Vasp	Carlos Frederico Maciel	Fortaleza-Recife	2/5/68	
62	Vasp	Dorneval Trigueiro Mendes	Rio-Fortaleza-Recife-Rio	2/5/68	
63	Varig	Dorneval Trigueiro Mendes	Fortaleza-Natal-Fortaleza	2/5/68	- Bilhete 503452, devolvido por of. n° 1062
64	Cruseiro	Jacques Torfs	Rio-Recife	10/5/68	
65	Vasp	Jacques Torfs	Recife-Rio	10/5/68	
66	Vasp	Jacques Torfs	Rio-Belo Horizonte	10/5/68	- Bilhete n° 506122, devolvido por of. 1124
67	Vasp	Jacques Torfs	Belo Horizonte-Rio	10/5/68	- Bilhete n° 506123, devolvido por of. 1124
68	Cruseiro	Jacques Torfs	Rio-Pôrto Alegre	27/5/68	
69	Varig	Jacques Torfs	Pôrto Alegre-Curitiba	27/5/68	
70	Vasp	Jacques Torfs	Curitiba-Rio	27/5/68	
71	Vasp	Michel Debrun	Rio-São Paulo-Rio	14/6/68	

C. B. P. E.

REQUISIÇÕES DE PASSAGEM FEITAS EM 1968

Nº	COMPANHIA	BENEFICIADO	TRECHO	DATA	SITUAÇÃO
72	Gruseiro	Jacques Torfs	Rio-Pôrto Alegre-Rio	25/6/68	
73	Gruseiro	Isabelle Deblé	Rio-Pôrto Alegre-Rio	25/6/68	
74	Gruseiro	Durneval Trigueiro Mendes	Rio-Pôrto Alegre-Rio	26/6/68	
75	Vasp	Durneval Trigueiro Mendes	Pôrto Alegre-Rio	26/6/68	
76	Vasp	Michel Debrun	Rio-Recife-Rio	1/7/68	
77	Vasp	Isabelle Deblé	Rio-Curitiba-Rio	31/7/68	
78	Varig	Isabelle Deblé	Rio-Pôrto Alegre-Rio	23/8/68	
79	Vasp	Isabelle Deblé	Rio-Brasília	27/9/68	
80	Varig	Carlos Maciel	Recife-Brasília-Recife	27/9/68	- não utilizada e ainda não devolvida p/beneficiário
81	Vasp	Durneval Trigueiro Mendes	Rio-Brasília-Rio	27/9/68	- não utilizada, para ser devolvida à Companhia

C. B. P. E.

Nº 1166

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1968

De: Mlle Isabelle Deblé
Perito da UNESCO

Ao: Dr. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CEOSE

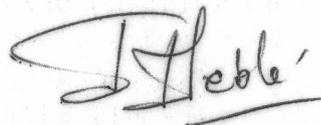
Senhor Coordenador,

Para dar continuidade aos trabalhos que vêm-se desenvolvendo na pesquisa de despesas com a educação, por níveis e ramos de ensino, e por Estado da Federação, inicialmente proposta por Jacques Torfs e desde agosto do corrente sob minha coordenação, venho propor a V.S.ª a extensão do contrato da Sr.ta Lúcia Maria Nagasawa.

Seu trabalho - tanto estudos sobre as despesas do SENAC/SENAI, despesas da União em 1966, como sobre a evolução das despesas globais na função educação e cultura - tem apresentado um alto nível de rendimento e suas atividades estão perfeitamente integradas. Especificamente desenvolverá agora a interpretação dos dados levantados e já elaborados.

Para a execução dessas tarefas que deverão se prolongar por 3 meses, propomos uma retribuição de NCr\$ 1.800,00 (mil e oitocentos cruzeiros novos), pagáveis em três parcelas.

Atenciosamente,



Isabelle Deblé

Membro dos CEOSE
Coordenadora do Grupo de Pesquisas

Nº 1164

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1968

Ao: Dr. Guido de Carvalho
Diretor-Substituto do INEP
Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CESE

Senhor Diretor,

Solicito-lhe autorização para a Contabilidade efetuar o pagamento, de acordo com os processos MEC nºs. 32.229/66 e 61.276/66, referente à parte executiva, assim discriminado:

PROF. DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES Coordenador outubro de 1968	NCr\$ 720,00
REGINA COELI DA ROCHA FREIRE Secretária Executiva outubro de 1968	NCr\$ 480,00
EDITH FERREIRA ENGELKE Secretária Bilingüe outubro de 1968	NCr\$ 348,00
VANDA MARIA GOMES DA CRUZ Secretária Bilingüe outubro de 1968	NCr\$ 141,60
TEREZA MARIA DA COSTA Secretária outubro de 1968	NCr\$ 197,10

C. B.

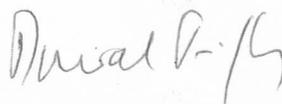
ABEDIAS AUGUSTO DE ALMEIDA

Servente

outubro de 1968 Nvr\$ 66,00

Informo a V.S.^a que o aludido pagamento correrá por conta da verba INEP/CEOSE.

Atenciosamente,



Durneival Trigueiro Mendes
Coordenador dos CEOSE

Nº 1163

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1968

Magnífico Reitor,

Na qualidade de coordenadora de um grupo especial INEP/CEOSE/UNESCO, tenho a honra de me dirigir a V.Ex.^a a fim de solicitar a sua preciosa colaboração.

Esse grupo está elaborando um estudo sobre as despesas com o ensino, do maior interesse para o Ministério da Educação e todos os planejadores educacionais.

Já dispomos dos dados relativos às despesas, por "categoria econômica", de cada estabelecimento constante das listas anexas, nos anos de 1966 e 1967. Necessitamos, no entanto, saber o número de estudantes inscritos durante esses dois anos escolares.

Solicito, pois, de V.Ex.^a o especial obséquio de permitir sejam preenchidas as listas anexas, com os dados de que necessitamos:

- para as faculdades: número de estudantes inscritos
- para os institutos: número de estudantes que os frequentaram, classificados segundo o nível de graduação e pós-graduação, especificadas, se possível, as faculdades a que pertençam (de acordo com o modelo anexo).

Com os meus agradecimentos antecipados, apresento a V.Ex.^a os protestos da mais alta consideração.



Isabelle Deblé

Magnífico Reitor
Universidade de São Paulo
São Paulo - SP

No nº 1154 ao

nº 1161

Estão na Pasta:

Cooperação Internacional na
Área da Educação

Nº 1152

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1968

Ao: Dr. Guido de Carvalho
DD. Diretor-Substituto do INEP
Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE

Senhor Diretor,

Solicito-lhe autorização para a Contabilidade do INEP efetuar o pagamento da última parcela devida a Lucia Maria Nagasawa, membro do Grupo de Pesquisas sobre Despesas com o Ensino em 1966, criado por estes Colóquios.

Devo esclarecer-lhe que a Srta. Lucia M. Nagasawa foi chamada a colaborar conosco até setembro passado, com uma remuneração mensal de NCr\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco cruzeiros novos) conforme o nosso ofício nº 1128, dirigido ao Diretor desse Instituto.

Atenciosamente,


Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE

Nº 1146

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1968

PROPOSTA Nº 2

Ao: Diretor do INEP

Do: Coordenador dos CEOSE

Senhor Diretor,

Solicito-lhe autorização para a compra de passagens de ida e volta Rio-Brasília, em nome de Isabelle Deblé e Durmeval Trigueiro Mendes e ida e volta Recife-Brasília, em nome de Carlos Frederico Maciel, membros da Comissão dos CEOSE.

Devo esclarecer-lhe que essa viagem se destina a atender ao convite formulado por V.S.ª para uma reunião que estabelecerá novas normas de trabalho para a referida comissão.

Atenciosamente,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador



M. E. C. — I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo

Rio de Janeiro - GB. - Brasil

Nº 1145

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1968

Ao: Coordenador dos CEOSE

Da: Secretária Executiva dos CEOSE

Autorizo
20/9/68

Senhor Coordenador,

Duvall G. /

Solicito-lhe autorização para a compra de 500 folhas de papel Ap. nº 24, formato 33x44 (duplo ofício) e 2.500 folhas de papel 2ª via branco, formato 33x44 (duplo ofício), necessárias à confecção de tabelas de grande tamanho.

Atenciosamente,

Regina Coeli da Rocha Freire
Regina Coeli da Rocha Freire
Secretária Executiva

Nº 1146

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1968

PROPOSTA Nº 3

Ao: Diretor do INEP

Do: Coordenador dos CEOSE

Senhor Diretor,

Solicito-lhe autorização para a compra de passagens de ida e volta Rio-Brasília, em nome de Isabelle Deblé e Durmeval Trigueiro Mendes e ida e volta Recife-Brasília, em nome de Carlos Frederico Maciel, membros da Comissão dos CEOSE.

Devo esclarecer-lhe que essa viagem se destina a atender ao convite formulado por V.S.* para uma reunião que estabelecerá novas normas de trabalho para a referida comissão.

Atenciosamente,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

Nº 1144

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1968

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro,
Diretor do INEP

De: Durmeval Trigueiro Mendes,
Coordenador dos CEOS

Senhor Diretor,

Solicito-lhe autorização para a Contabilidade efetuar o pagamento, de acordo com os processos MEC nºs. 32.229/66 e 61.276/66, referente à parte executiva, assim discriminado:

PROF. DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES Coordenador setembro de 1968	NCR\$ 720,00
REGINA COELI DA ROCHA FREIRE Secretária Executiva setembro de 1968	NCR\$ 480,00
EDITH FERREIRA ENGELKE Secretária Bilingüe setembro de 1968	NCR\$ 348,00
VANDA MARIA GOMES DA CRUZ Secretária Bilingüe setembro de 1968	NCR\$ 141,60
TEREZA MARIA DA COSTA Secretária setembro de 1968	NCR\$ 197,10

ABEDIAS AUGUSTO DE ALMEIDA

Servente

setembro de 1968 NCR\$ 66,00

Informo a V. Sª que o aludido pagamento correrá por conta da
verba INEP/CEOSE.

Atenciosamente,

Coordenador dos CEOSE

hº 1140

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1968

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE

Senhor Diretor,

Solicito de V.S.^a autorização para a Contabilidade efetuar o pagamento dos atrasados devidos à Srt.^a Lúcia Maria Nagasawa, no montante de NCr\$ 1.375,00 (hum mil, trezentos e setenta e cinco cruzeiros novos), referentes às remunerações dos meses de abril, maio, junho, julho e agosto de 1968, conforme a sua concordância de 30/8/68 ao nosso ofício n^o 1128, anexo.

Informo a V.S.^a que o aludido pagamento correrá por conta da verba INEP/CEOSE.

Atenciosamente,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo

Rio de Janeiro - GB. - Brasil

Nº 1138

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1968

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CEOSE

De: Regina Coeli da Rocha Freire
Secretária Executiva

Autografo

em 15/8/68

Durmeval

Senhor Coordenador,

Solicito de V.Sa.^a autorização para efetuar a compra de material de escritório, segundo a lista abaixo:

- 10 caixas de papel stencil Admiral - E. Dick azul
- 10 caixas de papel carbono preto ofício
- 12 vidros corretores para stencil
- 10 caixas de clips nº 1
- 3 caixas de grampos 26/6
- 12 limpa-tipos Albion
- 20 canetas esferográficas Bic-azul
- 10 canetas esferográficas Bic-verde
- 10 canetas esferográficas Bic-vermelha
- 1 litro de goma arábica
- 250 pastas de cartolina
- 12 fitas para maquina de escrever Remington, Carbex Nylon
- 12 fitas scotch
- 2 tesouras Mundial
- 1 garrafa térmica de 1 litro
- 1 perfurador 1010
- 1000 fichas 3x5
- 2 caixas de grampos Trunfo nº 1
- 40000 folhas de papel ofício 24 kls apergaminhado.

Atenciosamente,

Regina Coeli da Rocha Freire

Regina Coeli da Rocha Freire
Secretaria Executiva

Nº 1128

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1968

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE

Senhor Diretor,

Encaminho à consideração de V.Ex.^a o expediente em anexo, manifestando a minha inteira concordância com o que solicita a coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre despesas com o ensino.

Atenciosamente,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

Anexo: Af. 1126

Nº 1127

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1968

Senhor Diretor,

Um grupo especial INEP/IFEPA/CEOSE/UNESCO, está elaborando um estudo sobre as despesas com o ensino.

Para a rápida conclusão desse estudo, de maior interesse para o Ministério da Educação e de todos os planejadores educacionais, necessitamos de sua colaboração. Nesse sentido, solicitamos-lhe os dados estatísticos, referentes ao ano de 1966, sobre as despesas realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura, por categorias econômicas, por programas e sub-programas de educação e cultura.

Segue, em anexo, uma tabela para o preenchimento dessas informações.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V.S.^a nossos protestos de distinta consideração.

Isabelle Deblé
Coordenadora do Grupo

Il.^{mo} Sr.
Diretor da Divisão de Administração Financeira
Ministério da Educação e Cultura
BRASÍLIA - DF

Modelo

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA PELAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS
SEGUNDO CATEGORIAS ECONÔMICAS

MEC:

ANO: 1966

MILHARES DE CRUZEIROS NOVOS

CATEGORIA ECONÔMICA	sub-funções	Administração	Educação Primária	Educação Média, Secundária	Educação Técnica Profissional	Ensino Superior	Educação Física e Desportos	Pesquisa Orientação e Difusão Cultural	Patrimônio Artístico e Histórico	Diversos	Créditos Especiais e Extraordinários	TOTAL (1)
PESSOAL CIVIL												
Material de Consumo												
Serviços de Terceiros e Encargos Diversos												
DESPESAS DE CUSTEIO												
OBRAS PÚBLICAS												
Equipamento, instalações e material Permanente												
DESPESAS DE INVESTIMENTO												
Inversões financeiras												
TOTAL												
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES												
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL												
TOTAL GERAL												

NOTA: (1) inclui créditos especiais e extraordinários

FONTE:

PROPOSTA Nº 2
Of. nº 1125

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1968

Ao: Sr. Diretor do INEP
Do: Coordenador do CEOSE

Senhor Diretor,

Solicito-lhe autorização para a compra de passagens de ida e volta a Pôrto Alegre, em nome da Sra. Isabelle Deblé, perito da UNESCO que vem prestando colaboração a êstes Colóquios.

Devo esclarecer-lhe que esta viagem se destina à assistência técnica que o CEOSE vem prestando aos Estados, no terreno da planificação.

Atenciosamente,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

Nº 1124

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1968

Ao: Ilmo. Sr.
Gerente da Viação Aérea São Paulo S.A.
Do: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos (INEP)

Senhor Gerente,

Tenho a satisfação de encaminhar a V.S.^a os bilhetes de passagem nºs 506122 e 506123, para que a importância correspondente seja creditada na nossa conta.

Desejo salientar que os referidos bilhetes correspondem às requisições nºs 66 e 67, para uma viagem do Prof. Jacques Torfs a Belo Horizonte.

Certo de que tomará as providências necessárias, subscrevo-me,

Atenciosamente,

Carlos Correa Mascaro
Diretor

Nº 1123

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1968

À : Dna. Cely Vieira D'Angelo
Chefe da Secretaria do INEP
Da: Secretária Executiva do CEOSE

Prezada senhora,

Por determinação do Coordenador do CEOSE, transmito-lhe a relação do pessoal contratado que trabalha para estes Colóquios, conforme sua solicitação de 8 do corrente.

Aproveito a oportunidade para esclarecer-lhe que, além das pessoas constantes da lista, trabalham nos CEOSE outros funcionários requisitados.

Atenciosamente,



Regina Coeli da Rocha Freire

RELAÇÃO DO PESSOAL QUE RECEBE MEDIANTE RECIBO - COLÓQUIOS
ESTADUAIS SÔBRE A ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE EDUCAÇÃO -
CEOSE

Regina Coeli da Rocha Freira - Secretária Executiva -	NCr\$ 480,00
Edith Ferreira Engelke - Secretária Bilingüe -	NCr\$ 348,00
Tereza Maria da Costa - Secretária -	NCr\$ 197,10

Nº 1122

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1968

Prezado Senhor,

Ao deixar o Brasil, no término da minha missão junto ao INEP, desejo exprimir-lhe meus sentimentos de profundo reconhecimento pela compreensão que V. S^a sempre demonstrou em relação ao meu trabalho e dos meus colegas. O apoio decidido que o ilustre amigo tem prestado aos CROSE nos tem facilitado a tarefa, e alguns êxitos.

Faço votos para que a colaboração entre o governo do Brasil e a UNESCO não só prossiga, como se desenvolva em novas áreas.

Sem mais, subscrevo-me,

Atenciosamente,

MICHEL DEBRUN

Exmo. Sr.

Dr. Carlos Correa Mascaro

DD. Diretor do INEP

Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1968

Meu caro Michel Debrun,

Venho apresentar-lhe minhas despedidas, no momento em que você deve mudar de posto, afastando-se do Brasil e do CEOSE, onde somos companheiros desde a fundação desse órgão.

Foi muito bom para o CEOSE contar, desde o início, da parte da UNESCO, com peritos identificados com o Brasil, alguns, ou logo assimilados aos nossos problemas e interesses, como é o caso de outros.

Você, particularmente, goza entre nós do direito de cidade, por ter assumido o nosso país com a sua inteligência e sensibilidade. O seu instrumento de trabalho sempre foi, por isso mesmo, uma compreensão larga e profunda, vivida como identificação com os impasses do nosso desenvolvimento e com as esperanças de ultrapassá-los. Para essa visão de conjunto, está você aparelhado de uma cultura sólida, e especialmente viva, inserida nos grandes pontos nervosos da atual conjuntura do mundo e do Brasil.

Além disso, você pôde valorizar a sua contribuição ao CEOSE pelo obstinado empenho em levar adiante, e da melhor forma possível, os projetos confiados à sua responsabilidade.

Por tôdas essas razões, venho manifestar a você o profundo reconhecimento do INEP e particularmente do CEOSE, com todos os que o integram. Peço-lhe por fim que receba com Solange a expressão de amizade e simpatia que lhe enviamos Márcia e

of. nº 1115

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1968

A : Biblioteca do C.B.P.E.
De: Isabelle Deblé
Perita da UNESCO

Assunto: Empréstimo de livros

Solicito à Biblioteca do C.B.P.E., sob empréstimo, as seguintes obras:

- 1 - Cadernos Região e Educação
Vol. 6 nº 12 *não está na Bibliot.*
- 2 - Índices de custos do ensino *3 volumes*
Min. p/o Planejamento e Coorden. Econ.
- 3 - APEC - Análise e perspectiva econômica
Ano V - 20/ab. 67 nº 19 *não está na Bibliot.*

Atenciosamente,



Isabelle Deblé

PROPOSTA Nº 1 *of. 1113*

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1968

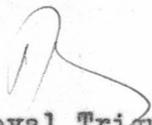
Ao: Sr. Diretor do INEP
Do: Coordenador do CEOSE

Senhor Diretor,

Solicito-lhe autorização para a compra de passagens de ida e volta a Curitiba, em nome da Sr.^ª Isabelle Deblé, perito da UNESCO que vem prestando colaboração a êstes Colóquios.

Devo esclarecer-lhe que esta viagem se destina à assistência técnica que o CEOSE vem prestando aos Estados, no terreno da planificação.

Atenciosamente,


Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1968

Nº 1111

Dr. Roberto Fachim
Conselho Estadual de Educação
Porto Alegre - RS

Dr. Roberto Fachim,

Sua carta de 10 do corrente mês só nos chegou às mãos na data de hoje, lamentavelmente uma semana depois do embarque do Prof. Torfs. Tomei a liberdade de ler a carta, pois tinha timbre oficial e eu como secretária executiva, talvez pudesse ajudar.

Infelizmente, o Prof. Torfs não terminou as modificações que contava fazer no documento das "Matemáticas Educacionais".

Em relação às cópias do Plano Estadual de Educação-RS, tenho certeza de que o Prof. Torfs gostaria que lhe reservassem uma cópia. Ao partir, disse-nos que voltaria em setembro, como visitante, uma vez que já foi transferido para Santiago.

Encaminharei sua carta para a Europa. Se o Sr. quiser se comunicar com êle, poderá escrever para: "Department of Educational Planning & Financing - UNESCO - Place de Fontenoy, Paris (VII) - França", onde o Prof. estará até o dia 20 de agosto.

Cordiais saudações,

Regina Coeli da Rocha Freire
Secretária Executiva dos CESE

Nº 1109

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1968

Ex.^{mo} Sr.
 Dr. Roberto Santos
 Magnífico Reitor da
 Universidade da Bahia
 Salvador - Bahia

Prezado senhor,

Recebi ontem a sua amável carta de 3 de julho. Lamento muito não nos termos encontrado: Fui convidado a assumir a coordenação da reunião do ERPLED, organizada pela SUDESUL, em Porto Alegre, entre 30 de junho e 6 de julho.

É excelente e particularmente louvável a iniciativa tomada pela Universidade da Bahia de organizar sistematicamente seu planejamento.

Permito-me enviar-lhe, em anexo, uma modesta contribuição a este esforço. Trata-se da descrição esquemática dos estudos básicos a serem feitos para se obter indicações seguras sobre a orientação que deveria ter a expansão do sistema universitário e dos demais sistemas de treinamento e formação de mão-de-obra qualificada.

Esses estudos incluem: (1) a elaboração de um inventário dos recursos em mão-de-obra e profissionais e uma análise das tendências que se manifestam na formação desses recursos. (2) A descrição da demanda provável em 1975, se continuarem as tendências atuais. (3) Uma revisão desta projeção baseada numa avaliação crítica e altamente competente do potencial de desenvolvimento do Estado.

Nesta descrição de futuros estudos encontrar-se-á uma lista das informações e das técnicas imediatamente disponíveis para o início do inventário. Trata-se de um esboço preliminar: uma breve pesquisa certamente revelará a existência de um número muito maior de fontes de informação sobre os temas descritos.

A responsabilidade pela elaboração das três etapas do estudo deveria ser dada, de preferência, a dois grupos distintos: O primeiro, ou "grupo central", encarregado do inventário e das projeções, e o segundo com a responsabilidade última pela apresentação de conclusões e recomendações.

Acredito que o primeiro grupo possa ser constituído pelos membros do atual grupo de planejamento da Secretaria e por alguns peritos da Universidade Federal e do Grupo que, no âmbito do Governo, define seus planos gerais de desenvolvimento econômico e social.

O grupo de alto nível técnico, isto é, o 2º grupo poderia incorporar parte do pessoal do grupo central, mais alguns especialistas altamente qualificados em técnicas de planejamento econômico e muito bem informados sobre o potencial de desenvolvimento do Estado da Bahia.

Ambos os grupos poderiam, provavelmente, obter a assistência técnica necessária, da parte dos CROSE, da SUDENE e dos Ministérios da Educação e do Planejamento, bem como das organizações internacionais.

Infelizmente, devido a uma recente mudança de meu programa de trabalho para 1968, terei que viajar urgentemente à Europa no dia 17 do corrente mês.

Não poderei visitá-lo em Salvador, como tinha sido previsto. Assim, pedi à minha colega, Prof.^a Isabelle Deblé, consultora da UNESCO e especialista em estatísticas, interpretações estatísticas e planejamento educacional, que aproveite a primeira oportunidade para ir à Bahia e entrevistar-se com V.Ex.^a e com o Il.^{mo} Sr. Secretário de Educação, assegurando a colaboração que os CROSE e a UNESCO vem prestando ao desenvolvimento de projetos de alto interesse e prioridade, no Estado da Bahia.

Espero ter a honra e o prazer de visitar novamente V.Ex.^a no mês de setembro.

Muito atentamente,

Jacques Torfs

Nº 1107

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1968

Ex.^{mo} Sr.
 Dr. Luiz Navarro de Britto
 DD. Secretário de Educação da Bahia
Salvador - Bahia

Senhor Secretário,

Por ocasião de minha última visita a Salvador, tive a oportunidade de discutir com o grupo de planejamento dessa Secretaria e com o Magnífico Reitor da Universidade Federal, sobre a conveniência e possibilidade da elaboração de um inventário de mão-de-obra e profissionais no Estado da Bahia e da formulação de uma projeção da demanda provável de mão-de-obra no ano de 1975.

Tais estudos poderiam ser aproveitados pela Secretaria para definir a orientação futura do sistema educacional em nível Colegial e Superior, e pela Universidade Federal e demais organizações de ensino superior ou técnico, para definir os seus próprios planos de expansão.

Tenho o prazer de enviar-lhe, anexo, uma descrição do conteúdo possível de tal estudo e a lista das informações disponíveis que poderiam ser aproveitáveis para aquela elaboração. Trata-se de um esboço preliminar; seguramente uma breve pesquisa revelará a existência de um número muito maior de fontes de informação sobre os temas descritos.

No documento anexo faz-se referência às atividades de um grupo central que teria a seu cargo a responsabilidade principal da realização do inventário e das primeiras projeções. Assinala-se também a necessidade da criação de um grupo de alto nível técnico que teria a responsabilidade última da apresentação de conclusões e recomendações.

Em relação ao primeiro grupo, isto é, ao grupo central, acredito que possa ser constituído pelos membros do atual grupo de planejamento da Secretaria e por alguns peritos da Universidade Federal e do grupo que, no âmbito do Governo, define seus planos gerais de desenvolvimento econômico e social.

O grupo de alto nível técnico, isto é, o 2º grupo poderia incorporar parte do pessoal do grupo central, mais alguns especialistas altamente qualificados em técnicas de planejamento econômico e muito bem informados sobre o potencial de desenvolvimento do Estado da Bahia.

Ambos os grupos poderiam, provavelmente, obter a assistência técnica necessária, da parte dos GEOS, da SUPENE e dos Ministérios da Educação e do Planejamento, bem como das organizações internacionais.

Muito atentamente,

JACQUES TORFS

no 1106

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1968

Ao: Dr. Durval Trigueiro
Coordenador do CROSE

De: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Senhor Coordenador,

Tenho o prazer de enviar-lhe, em anexo, as recomendações formuladas pelo 1º Encontro Regional de Planejamento Educacional, organizado pela SUDESUL e a lista de entidades que participaram do Encontro com direito a voto.

É particularmente interessante notar que as Secretarias de Educação e os Conselhos de Educação delegaram unânimesmente a responsabilidade pela elaboração de um plano de mão-de-obra e de formação de profissionais à SUDESUL.

Simultaneamente, todas as Universidades e os representantes de grupos industriais e técnicos privados concordaram em formular seus próprios programas de desenvolvimento de atividades educacionais através dos planos estaduais de educação coordenados pela SUDESUL e pelos Ministérios da Educação e do Planejamento.

Atenciosamente,


Jacques Torfs

Cópias: Mr. Alberal
Mr. Howe
Dr. Edson Franco
Dr. Arlindo Lopes Correa
Prof. Michel Debrun
Sr.ª Isabelle Deblé
Arquivo

ERPLED

RECOMENDAÇÕES

julho de 1968

1. Os Estados, em trabalho conjunto dos Conselhos Estaduais de Educação e das Secretarias de Educação e Cultura, criarão ou consolidarão Assessorias permanentes encarregadas do planejamento educacional.

As Assessorias coordenarão também as atividades auxiliares de estatística, do orçamento-programa e de implantação de Plano nas respectivas Secretarias.

2. Os Planos Estaduais de Educação serão no mínimo quinquenais e revisados cada ano, de acordo com os objetivos e metas fixados pelos Conselhos Estaduais de Educação, integrados nos Planos Estaduais e Regionais de Desenvolvimento e no Plano de Educação da União.
3. Os planos serão elaborados de acordo com as normas técnicas adotadas pelos Ministérios da Educação e do Planejamento e recomendadas pelos organismos da ONU.
4. Os planos estaduais abrangerão todas as atividades, programas e operações principais das Secretarias de Educação e das demais organizações de ensino federais, estaduais, municipais e particulares em todos os níveis e modalidades.
5. A parte do plano referente às atividades das Secretarias se constituirá no plano de ação definitivo desses organismos. O orçamento-programa das Secretarias para cada ano coincidirá com o programa de despesas recomendado no Plano Estadual de Educação. Igualmente os programas e projetos específicos de cada Secretaria serão idênticos aos delimitados e enumerados no Plano de Educação.

6. Os recursos consignados à educação e ao treinamento, quer os distribuídos diretamente, quer os entregues aos Estados, para sua aplicação devem ser destinados a empreendimentos prioritários de desenvolvimento dentro da perspectiva dos planos estaduais de educação.
7. Reconhecidos os problemas de natureza técnica e administrativa que dificultam aos grupos estaduais de planejamento a elaboração de planos para o desenvolvimento do ensino colegial e profissional, recomenda-se a participação da SUDESUL e das Universidades, para criar e desenvolver os instrumentos necessários à adoção de um modelo regional de desenvolvimento dos recursos humanos.
8. A SUDESUL, em colaboração com as Universidades, elaborará, com a maior urgência possível, um diagnóstico das disponibilidades em recursos humanos estratégicos nos Estados da Região, incluindo mão-de-obra, níveis de conhecimento geral e profissional e meios para a respectiva aquisição, tendências que se manifestam na evolução da estrutura ocupacional e movimentos migratórios internos.
9. A SUDESUL estimulará a organização de um grupo técnico de alto nível, que poderá ser integrado por especialistas dos três Estados, e buscará obter o apoio dos organismos nacionais, estrangeiros e internacionais de assistência técnica, para a realização das projeções da demanda de mão-de-obra e recursos humanos estratégicos a médio e longo prazo.
10. Para o efeito da inserção dos planos de valorização dos recursos humanos nos planos de desenvolvimento, procurará o grupo técnico previsto no item 9 identificar-se com os órgãos de planejamento do desenvolvimento a nível regional, estadual ou local.
11. Este estudo levará em conta a orientação do desenvolvimento econômico e social e o ritmo provável de aproveitamento dos recursos naturais da Região.

12. O diagnóstico realizado pela SUDESUL e as projeções feitas pelo grupo técnico serão utilizados pelos núcleos de planejamento dos Estados, para aperfeiçoarem os planos educacionais, pelas Universidades, para estabelecerem seus programas de expansão e pelos demais órgãos responsáveis pela formação de mão-de-obra, para desenvolverem seus programas e projetos.
13. O conjunto dessas realizações e as respectivas conclusões deverão estar coordenadas e integradas num Plano Regional de Recursos Humanos.
14. A SUDESUL, em colaboração com as organizações estaduais, regionais, nacionais e internacionais interessadas, organizará cursos de treinamento e reciclagem para o pessoal que participará na elaboração dos vários planos enumerados anteriormente. Para integrar o corpo docente necessário aproveitará, prioritariamente, os técnicos e especialistas disponíveis na Região.
15. A SUDESUL iniciará projeto visando promover, em colaboração com organismos internacionais, a criação de um centro de estudos que será encarregado da elaboração de documentos, de modelos teóricos necessários ao planejamento, e da organização de cursos sistemáticos em planejamento educacional e recursos humanos, e de disciplinas correlatas, tais como estatística, utilização de computadores, administração de sistemas de ensino.
16. A SUDESUL instalará um Centro Regional de Informações, Cadastro e Estatística, visando a reunir em um acervo geral para divulgação e uso comum os estudos, pesquisas e levantamentos educacionais e sócio-econômicos.
17. A SUDESUL dará aos seus escritórios, nos Estados da área, condições técnicas, de modo a polarizar a ação conjunta dos vários organismos estaduais, ligados ao processo educacional e de desenvolvimento.
18. A SUDESUL estudará as possíveis fontes de recursos financeiros para a educação e orientará sua aplicação racional.

19. Os órgãos responsáveis pelo planejamento promoverão contatos permanentes com o Poder Político para informá-lo sobre o conteúdo e as intenções dos planos e para obter a sua colaboração na implantação dos mesmos.
20. A SUDESUL organizará, em 1969, um novo Encontro, no qual se avaliarão os resultados da atual reunião.

Pôrto Alegre, 5 de julho de 1968.

Presidente da Mesa Diretora	- Osvaldo Ferreira de Melo
Supervisor	- Jacques Torfs
Coordenadora	- Vera Aparecida de S. Marques
Comissão de Redação	- Ana Maria dos Santos Amantino
	Beno Sander
	Zilah R. M. Cacciatore

ENTIDADES PARTICIPANTES DO ERPLED com direito a voto.

PARANÁ

- 1 - Secretaria de Educação e Cultura
Roberto Linhares da Costa
- 2 - Conselho Estadual de Educação
Haroldo Souto Carvalhido
- 3 - Universidade Federal do Paraná
Zélia Milléo Pavão
- 4 - Universidade Católica do Paraná
Jucundino da Silva Furtado
- 5 - Federação das Indústrias
Dirce Pacheco
- 6 - Federação do Comércio
Paulo Gaio
- 7 - CEOSE - PR
Luiz Carlos Sibut

SANTA CATARINA

- 1 - Secretaria de Educação e Cultura
Galileu Craveiro de Amorim
- 2 - Conselho Estadual de Educação
Eugênio Rohr
- 3 - CEOSE -SC
Sílvio Coelho dos Santos
- 4 - Universidade Federal de Santa Catarina
Walmir Dias
- 5 - Universidade Para o Desenvolvimento de Santa Catarina
Celestino Sachet
- 6 - Federação das Indústrias
Alcides Abreu
- 7 - Federação do Comércio
Hilton Prazeres
- 8 - PLAMEG
Pedro Nicolau Prim

RIO GRANDE DO SUL

- 1 - Secretaria de Educação e Cultura
Luiz Leseigneur de Faria
- 2 - Conselho Estadual de Educação
José Carlos Nunes
- 3 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Jorge Honório M. Brito
- 4 - Universidade Federal de Santa Maria
Otto Vogel
- 5 - Universidade Federal Rural do Sul
Jayme Arthur C. D. da Silva
- 6 - Pontifícia Universidade Católica
Nicola Rubio y Rubyo
- 7 - Universidade Católica de Pelotas
Augusto Marques Fernandes
- 8 - Universidade de Passo Fundo
Alcides Guareschi
- 9 - Federação das Indústrias
Ubirajara Lins
- 10 - Federação do Comércio
Sérgio Fornari Schwab
- 11 - Gabinete de Planejamento
Sérgio Luiz M. Santos
- 12 - CEOSE/RS
Roberto Fachin
- Ministério da Educação e Cultura / INEP
Zenaide Cardoso Schultz
- Ministério do Planejamento e Coordenação / IPEA
Frederico Amorim

Nº 1103

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1968

Ao: Dr. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE
De: Regina Coeli da Rocha Freire
Secretária Executiva

Senhor Coordenador,

Solicito-lhe autorização para a Contabilidade fornecer a esta Secretaria a importância de NCr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros novos) para compra de material.

Atenciosamente,

Regina Coeli da Rocha Freire
Regina Coeli da Rocha Freire

Nº 1102

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1968

Exmo. Sr.
Eduardo Rivas Casado
Diretor da
Oficina de Planeamiento
Integral de la Educacion
Ministério de Educacion
CARACAS - Venezuela

Senhor Diretor,

Antes de tudo, a justificativa pelo atraso com que estou respondendo à sua carta de início de Maio: recebi-a nas vésperas de seguir para Moscou, onde deveria participar de uma reunião sobre ensino superior, promovida pela UNESCO, como convidado desta. Reservei-me para a volta, quando poderia tratar ponderadamente do importante assunto abordado pelo Sr., isto é, as reformas projetadas no setor da supervisão educacional, na perspectiva, ao que me pareceu, de uma reformulação geral da política de educação no país. Imagina o Sr., igualmente, a possibilidade de iniciarmos, a partir dos problemas levantados pela Comissão de Supervisão, de um lado, e das experiências do CEOSE, de outro lado, um intercâmbio entre os dois países - Venezuela e Brasil - no campo educacional.

Em resposta, desejo esclarecer-lhe o seguinte: 1) considero possível - e desejável - tal intercâmbio, que terá todo o apóio do Dr. Mascaro, Diretor do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), ao qual o CEOSE está vinculado; 2) a documentação que remeto em anexo, reúne uns poucos trabalhos, de que temos cópia disponível no momento, e cujos temas guardam certa afinidade com o programa venezuelano. Os demais documentos estão em vias de publicação, devendo, depois, ser enviados ao Sr.

Gostaríamos de saber qual o pensamento desse país, depois de examinados tais documentos, quanto à forma de promover o desejado intercâmbio.

E manifesto o prazer com que nós do CEOSE nos pomos à sua disposição.

Atenciosas Saudações

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE

Nº 1101

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1968

Exmo. Sr.
Dr. Pierre Furter
UNDP
Apdo 1969
Caracas - Venezuela

Meu caro Pierre,

Sua carta, com os documentos que a acompanhavam, chegaram-me às mãos em vésperas da minha viagem a Moscou, para uma reunião da UNESCO - como convidado desta - sobre "comparabilidade internacional dos diplomas universitários". Achei melhor só responder na volta, quando teria tempo de juntar os trabalhos do CEOSE que pudessem interessar aos objetivos das autoridades venezuelanas. Envio-lhe em anexo cópia da resposta ao Dr. Casado.

Desejo dizer-lhe, informalmente, com toda a franqueza, que encaro com otimismo as possibilidades de intercâmbio entrevistas por Você, e estou disposto a oferecer o meu apóio nêsse sentido.

Tenho muito assunto para Você, mas numa outra carta que prometo será em breve. Estou afogado em trabalho - e novamente às vésperas de uma viagem, desta vez a Porto Alegre.

Quero dizer-lhe apenas, por enquanto, da excelente recordação que todos nós guardamos de Você e de sua colaboração.

Receba o abraço amplo do

Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CEOSE
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
Rua Voluntários da Pátria, 107
Rio de Janeiro - Brasil

INVENTÁRIO E CÁLCULO
DAS
NECESSIDADES EM MÃO-DE-OBRA E PROFISSIONAIS
ESTADO DA BAHIA

DOCUMENTO CR/B
JACQUES TORFS
UNESCO
JULHO DE 1968.

INTRODUÇÃO

O inventário dos recursos humanos e o cálculo das necessidades em mão de obra e profissionais do Estado são dois instrumentos indispensáveis para permitir a elaboração de planos educacionais e de mão de obra, científicos e completos pela Secretaria de Educação do Estado e pelas Universidades.

Esses trabalhos deverão realizar-se em três etapas, assim:

- 1) Coleta de dados, determinação das tendências.
- 2) Projeção dos dados: elaboração dum modelo provisório que se aproveitará para melhorar os planos existentes de educação e mão de obra, e de desenvolvimento das Universidades.
- 3) Análise mais sofisticada das tendências e das possibilidades de melhoramento do modelo, e dos planos.

EXISTÊNCIA E NECESSIDADES EM MÃO DE OBRA E PROFISSIONAIS

ETAPA I

O objetivo da primeira etapa de estudo é obter:

- a) um inventário detalhado dos recursos humanos do Estado;
- b) dados quantitativos sôbre as tendências que se verificam no crescimento de contingentes de mão de obra de várias categorias.

Os dados deverão ser apresentados, de preferência, por município. Nos casos em que isso fôr impossível, deve-se tratar de obter uma distribuição por zonas geo-econômicas.

SETOR RURAL

"ECONÔMICAMENTE INATIVOS" - Discriminar população inativa entre:

Grupo 0/6 anos de idade

Grupo 7/14 anos de idade

- assistem escola primária
- assistem escola média
- não assistem, não trabalham
- não assistem, têm emprêgo

Grupo 15/64 anos de idade

- atividades do lar
- assistem escola (discriminar por nıveis)
- demais atividades não econômicas

Grupo 65 e mais de idade

"ECONÔMICAMENTE ATIVOS" - Discriminar população ativa entre:

- Donos de propriedades
- Trabalhadores agrícolas (inc. colonos, camponeses)
- Trabalhadores ligados a produção primária de gado (vaqueiro, boiadeiro, peões)
- Trabalhadores ligados a produção primária de madeira (Lenhadores, silvicultores)
- Pescadores
- Serviços domésticos remunerados
- Comércio
- Professôres (Primário)
(Secundário)
- Serviços de administração pública
- Demais Serviços

SETOR URBANO

"ECONOMICAMENTE INATIVOS" - Discriminar população inativa entre:

Grupo 0/6 anos de idade

Grupo 7/14 anos de idade

- assistem escola primária
- assistem escola média
- não assistem, não trabalham
- não assistem, têm emprêgo

Grupo 15/64 anos de idade

- atividades do lar
- assistem escola (discriminar)
- demais atividades não econômicas

Grupo 65 e mais anos de idade

"ECONOMICAMENTE ATIVOS"

Profissionais de Nível Superior (Graduados)

Discriminar contingentes de acôrdo com Faculdades e Escolas.

TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

(Discriminar de acôrdo com atividades e treinamento)

TREINAMENTO

	SUPERIOR	COMPLETARAM COLÉGIO	NÃO COMPLETARAM COLÉGIO	COMPLETARAM GINÁSIO	NÃO COMPLETARAM GINÁSIO
<u>PESSOAL DOCENTE</u>					
Professôres 2º					
Professôres 1º					
<u>PESSOAL ADMINIS TRAÇÃO PRIVADA</u>					
Dirigentes					
Secretarial					
Não Dirigente Não Secretarial					
<u>PESSOAL TECNO- LÓGICO</u>					
Técnicos Agrí- colas					
Técnicos Indus- triais					
Demais Técnicos					
<u>PESSOAL ADMINIS TRAÇÃO PÚBLICA</u>					
Dirigentes					
Secretarial					
Não Dirigente Não Secretarial					

CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL PESSOAL DOCENTE

Professôres de Ensino Superior

- Discriminar de acôrdo com especialidades
- Discriminar entre profs. de tempo integral e demais professôres.

Professôres de Ensino Médio

- Discriminar de acôrdo com especialidades (Geral, Ciências, agricultura, etc.)
- Discriminar entre graduados e não graduados.

Professôres de Ensino Primário

- Discriminar entre graduados e não graduados.

PESSOAL DE NÍVEL GINASIAL E PRIMÁRIO

OPERÁRIOS INDUSTRIAIS (incl. Construção)

- Discriminar de acôrdo com classificação SENAI, OIT ou semelhante.
- Discriminar entre operários especializados e não especializados.

PESSOAL DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS

- Discriminar de acôrdo com classificação SENAC e classificações sugeridas pelo govêrno (orçamento estadual) e emprêsas privadas.

INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS - ETAPA I

- (1) POPULAÇÃO: - Censos demográficos 1950, 1960.
- Projeções IBGE - IPEA.
 - Projeções das várias Secretarias estaduais.
 - Projeções do grupo central de planejamento econômico e social do Estado.
- (2) Distribuição da população entre maiores categorias de atividades e níveis de ensino:
- A partir do censo demográfico de 1960 e extrapolações apropriadas, aplicar a técnica desenvolvida pelo IPEA para o diagnóstico da situação educacional e para o Plano Decenal de Desenvolvimento.
 - Notar-se-á que esta técnica não dá resultados completamente satisfatórios, o que se deve particularmente à definição muito ampla dada à palavra "gerente".
- (3) MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA:
- Detalhes do recenseamento demográfico de 1960.
(Deve ser ajustado de acordo com as tendências para cada município).
 - Dados do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.
 - Dados sobre a produção agrícola por municípios.
 - Estimativas produzidas pelas associações de classe.
 - Estimativas baseadas sobre relações entre nº de hectares de lavouras e nº de operários agrícolas.
 - Estimativas baseadas sobre relações entre nº de cabeças de gado e nº de operários ligados a produção primária de gado.
 - Dados sobre a produção de madeira e carvão.
 - Dados Fundação Getúlio Vargas sobre trabalhadores agrícolas.
- (4) PROFISSIONAIS:
- A metodologia desenvolvida pelo IPEA (Diagnóstico e Plano Decenal) pode ser aproveitada para calcular os contin

gentes de profissionais de nível superior a partir das estatísticas sobre a matrícula das escolas de nível colegial e das universidades.

- As cifras anteriores podem ser verificadas mediante pesquisas com as organizações de classe (registro dos advogados, médicos, etc.).

(5) PROFESSORES E ALUNOS:

- Dados IBGE
- Estatísticas Secretaria de Educação e Universidades.
- Pesquisa especial do IBGE sobre professorado do nível médio.
- Censo Escolar 1964.

(6) PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- Recenseamentos dos empregados públicos realizados pelo Governo.
- Folhas de pagamento dos servidores públicos.

(7) ESTUDOS ESPECIAIS:

- Devera fazer-se um inventário geral de todos os estudos realizados sobre mão-de-obra.

ETAPA II - Estruturação de um modelo
baseado em tendências históricas

- A intenção da 2ª etapa será a de projetar a demanda de recursos humanos de acordo com as tendências históricas.
- As informações colhidas sobre existências - taxas de atrito e tendências, serão aproveitadas para estruturar um modelo da demanda provável para cada tipo de mão-de-obra em 1975, e a produção necessária de graduados técnicos e profissionais de várias categorias cada ano entre 1969 e 1975.
- Este modelo será distribuído ao governo do estado, a Secretaria de Educação e Cultura e as Universidades e servirá de base para a elaboração dos seus planos de expansão. Esses planos estarão coordenados por um grupo central de planejamento.
- Baseada na projeção, o Grupo Central de Planejamento estabelecerá, também um primeiro plano de recursos humanos para a região.

ETAPA III:

- A intenção da 3ª etapa será a de reexaminar a orientação geral de desenvolvimento econômico e social e aproveitar as conclusões desta análise para modificar as projeções baseadas nas tendências históricas. Esta etapa abrange:
- (1) O estudo da orientação do desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado.
 - (2) O estudo das circunstâncias que poderiam ou deveriam mudar as tendências da demanda de mão-de-obra e profissionais.
 - (3) A modificação das projeções elaboradas na etapa II. Essas modificações deverão ser incorporadas aos planos de educação e de recursos humanos do Estado.
 - (4) A formulação de recomendações ao Governo do Estado sobre algumas reformas indispensáveis para assegurar o melhor aproveitamento dos recursos humanos.

Esta etapa deveria ser confiada a um grupo de especialistas e generalistas de muito alto nível. O grupo terá que ter acesso a todas as informações disponíveis sobre o desenvolvimento da região e, particularmente, a todos os estudos disponíveis sobre recursos naturais.

Deverá também ter autoridade e o orçamento necessário para contratar alguns estudos especiais, e para solicitar e obter a assistência técnica de peritos de classe internacional.

INVENTÁRIO E CÁLCULO

DAS

NECESSIDADES EM MÃO-DE-OBRA E PROFISSIONAIS

DA REGIÃO SUL DO PAÍS

INTRODUÇÃO

O inventário dos recursos humanos e o cálculo das necessidades em mão de obra e profissionais da região sul do país são dois instrumentos indispensáveis para permitir a elaboração de planos educacionais e de mão de obra, científicos e completos, pela SUDESUL, pelas Secretarias de Educação dos Estados e pelas Universidades da Região Sul.

Esses trabalhos deverão realizar-se em três etapas, assim:

- 1) Coleta de dados, determinação das tendências.
- 2) Projeção dos dados: elaboração dum modelo provisório que se aproveitará para melhorar os planos existentes de educação e mão de obra.
- 3) Análise mais sofisticada das tendências e das possibilidades de melhoramento do modelo, e dos planos.

EXISTÊNCIA E NECESSIDADES EM MÃO DE OBRA E PROFISSIONAISETAPA I

O objetivo da primeira etapa do estudo é obter:

- a) um inventário detalhado dos recursos humanos dos três Estados do Sul;
- b) dados quantitativos sobre as tendências que se verificam no crescimento de contingentes de mão de obra de várias categorias.

Os dados deverão ser apresentados, de preferência, por município. Nos casos em que isso fôr impossível, deve-se tratar de obter uma distribuição por zonas geo-econômicas, ou por Estado.

SETOR RURAL

"ECONOMICAMENTE INATIVOS" - Discriminar população inativa entre:

Grupo 0/6 anos de idade

Grupo 7/14 anos de idade

- assistem escola primária
- assistem escola média
- não assistem, não trabalham
- não assistem, têm emprego

Grupo 15/64 anos de idade

- atividades do lar
- assistem escola (discriminar por níveis)
- demais atividades não econômicas

Grupo 65 e mais de idade

"ECONOMICAMENTE ATIVOS" - Discriminar população ativa entre:

- Donos de propriedades
- Trabalhadores agrícolas (inc. colonos, camponeses)
- Trabalhadores ligados a produção primária de gado (vaqueiro, boiadeiro, peões)
- Trabalhadores ligados a produção primária de madeira (lenhadores, silvicultores)
- Pescadores
- Serviços domésticos remunerados
- Comércio
- Professores (Primário)
(Secundário)
- Serviços de administração pública
- Demais serviços

SETOR URBANO

"ECONOMICAMENTE INATIVOS" - Discriminar população inativa entre:

Grupo 0/6 anos de idade

Grupo 7/14 anos de idade

- assistem escola primária
- assistem escola média
- não assistem, não trabalham
- não assistem, têm emprego

Grupo 15/64 anos de idade

- atividades do lar
- assistem escola (discriminar)
- demais atividades não econômicas

Grupo 65 e mais anos de idade

"ECONOMICAMENTE ATIVOS"

Profissionais de Nível Superior (Graduados)

Discriminar contingentes de acordo com Faculdades e Escolas.

TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

(Discriminar de acordo com atividades e treinamento)

TREINAMENTO

	SUPERIOR	COMPLETARAM COLÉGIO	NÃO COMPLETARAM COLÉGIO	COMPLETARAM GINÁSIO	NÃO COMPLETARAM GINÁSIO
<u>PESSOAL DOCENTE</u>					
Professores 2º					
Professores 1º					
<u>PESSOAL ADMINISTRAÇÃO PRIVADA</u>					
Dirigentes					
Secretarial					
Não Dirigente Não Secretarial					
<u>PESSOAL TECNOLÓGICO</u>					
Técnicos Agrícolas					
Técnicos Industriais					
<u>PESSOAL ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</u>					
Dirigentes					
Secretarial					
Não Dirigente Não Secretarial					

CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL PESSOAL DOCENTE

- Professôres de Ensino Médio

- Discriminar de acôrdo com especialidades (Geral, Ciências, agricultura, etc.)
- Discriminar entre graduados e não graduados .

- Professôres de Ensino Primário

- Discriminar entre graduados e não graduados.

PESSOAL DE NÍVEL GINASIAL E PRIMÁRIO

OPERÁRIOS INDUSTRIAIS (incl. Construção)

- Discriminar de acôrdo com classificação OIT ou semelhante.
- Discriminar entre operários especializados e não especializados.

PESSOAL DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS

- Discriminar de acôrdo com classificação SENAC e classificações sugeridas pelo govêrno (orçamento estadual) e empresas privadas.

INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS - ETAPA I

- POPULAÇÃO: - Censos demográficos 1950, 1960
- Projeções IBGE - IPEA
 - Projeções das várias Secretarias estaduais e Conselhos Estaduais de Educação.
 - Projeções dos grupos centrais de planejamento (PLAMEG - CODEPAR, etc.).

Distribuição da população entre maiores categorias de atividades e níveis de ensino:

- A partir do censo demográfico de 1960 e extrapolações apropriadas, aplicar a técnica desenvolvida pelo IPEA para o diagnóstico da situação educacional e para o Plano Decenal de Desenvolvimento.
- Notar-se-á que esta técnica não dá resultados completamente satisfatórios, o que se deve particularmente à definição muito ampla dada à palavra "gerente".

- MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA - Detalhes do recenseamento demográfico de 1960. (Deve ser ajustado de acôrdo com as tendências para cada município).
- Dados do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.
 - Dados sôbre a produção agrícola por municípios.
 - Estimativas produzidas pelas associações de classe (CAFÉ, ALGODÃO, Produção de GADO etc).
 - Estimativas baseadas sôbre relações entre nº de hectares de lavouras e nº de operários agrícolas.
 - Estimativas baseadas sôbre relações entre nº de cabeças de gado e nº de operários ligados a produção primária de gado.
 - Dados sôbre a produção de madeira e carvão.
 - Dados Fundação Getúlio Vargas sôbre trabalhadores agrícolas.

PROFISSIONAIS:

- A metodologia desenvolvida pelo IPEA (Diagnóstico e Plano Decenal) pode ser aproveitada para calcular os contingentes de profissionais de nível superior a partir das estatísticas sôbre a matrícula das escolas de nível colegial e das universidades.
- As cifras anteriores podem ser verificadas mediante pesquisas com as organizações de classe (registro dos advogados, médicos, etc.).

PROFESSORES E ALUNOS:

- Dados IBGE
- Estatísticas Secretarias de Educação e Univer-
sidades.
- Pesquisa especial do IBGE sôbre professorado
do nível médio.
- Censo Escolar 1964.

PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- Recenseamentos dos empregados públicos reali-
zados pelos Governos.
- Folhas de pagamento dos servidores públicos
(Secretário da Fazenda e Computadores).

ESTUDOS ESPECIAIS:

- Estudo especial das migrações do pessoal qua-
lificado do RS (Gabinete do Governador)
- Estudo da demanda de mão-de-obra no Paraná
(CODEPAR).

ETAPA II - Estruturação de um modelo
baseado em tendências históricas

- A intenção da 2ª etapa será a de projetar a demanda de recursos humanos de acordo com as tendências históricas.
- As informações solhidas sobre existências - taxas de atrito e tendências, serão aproveitadas para estruturar um modelo da demanda provável para cada tipo de mão-de-obra em 1975, e a produção necessária de graduados técnicos e profissionais de várias categorias cada ano entre 1969 e 1975.
- Este modelo será distribuído aos governos, as Secretarias de Educação e Cultura e as Universidades e servirá de base para a elaboração dos seus planos de expansão. Esses planos educacionais estarão coordenados pela SUDESUL.
- Baseada na projeção, a SUDESUL estabelecerá, também um primeiro plano de recursos humanos para a região.

ETAPA III:

- A intenção da 3ª etapa será a de reexaminar as tendências de desenvolvimento econômico e social e aproveitar as conclusões desta análise para modificar as projeções e o plano de recursos humanos baseados nas tendências históricas. Esta etapa abrange:

- (1) O estudo da orientação do desenvolvimento econômico , social e cultural dos 3 Estados do Sul.
- (2) O estudo das circunstâncias que poderiam ou deveriam mudar as tendências da demanda de mão-de-obra e profissionais.
- (3) A modificação das projeções elaboradas na etapa II. Essas modificações deverão ser incorporadas aos pla - nos de educação e de recursos humanos dos Estados e da SUDESUL.
- (4) A formulação de recomendações à SUDESUL e aos govêr - nos dos 3 Estados sobre algumas reformas indispensá - veis para assegurar o melhor aproveitamento dos recur - sos humanos.

Esta etapa deveria ser confiada a um grupo de especialis - tas e generalistas de muito alto nível. O grupo terá que ter acesso a tôdas as informações disponíveis sobre o desenvolvimento da região e, particularmente, a todos os estudos disponíveis sobre recursos naturais.

Deverá também ter autoridade e o orçamento necessário para contratar alguns estudos especiais, e para solicitar e obter a assis - tência técnica de peritos de classe internacional.

Nº 1093

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1968

Ao: Dr. Guido Ivan de Carvalho
Diretor Substituto do INEP

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE

Senhor Diretor,

Venho solicitar a V.Ex.^a um suprimento de verba para atender a despesas urgentes dos Colóquios Estaduais sobre a Organização dos Sistemas de Educação, num total de NCr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros novos), assim justificados:

1. Pagamento às Companhias aéreas:

	<u>NCr\$</u>
a) VARIG.....	NCr\$ 640,70
b) VASP.....	NCr\$3.141,00
c) Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul	NCr\$1.341,90
	<u>5.123,60</u>
2. <u>Pagamento ao professor Carlos Frederico Maciel</u> pela sua participação nos CEOSE do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte	1.200,00
3. <u>Reembolso de despesas do Prof. C.F. Maciel</u>	191,80
4. <u>Reembolso de despesas do Coordenador</u>	172,89
5. <u>Reembolso ao C.B.P.E., pelos telegramas Western</u> <u>passados na conta corrente do C.B.P.E.</u>	1.074,98
6. <u>Pagamento de pessoal</u> (junho, julho, agosto)	5.858,10
7. <u>Despesas de pronto pagamento</u> (3 meses)	300,00
8. <u>Compra de material de consumo</u> (3 meses)	1.078,53
	<u>15.000,00</u>

Aproveito o ensejo para apresentar a V.Ex.^a os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Durmeval Trigueiro Mendes
Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

nº 1092

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1968

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE

De: Tereza Maria da Costa

Prezado Senhor,

Venho, respeitosamente, solicitar a V.Sa. autorização para me ausentar do trabalho, onde exerço a função de secretária, durante um curto período de forma a atender necessidades prementes de ordem particular.

Estarei, por ocasião do meu retorno, inteiramente à disposição para quaisquer tarefas, mediante as quais possa compensar o meu afastamento temporário.

Conto com o elevado espírito de compreensão de V.Sa. para ver satisfeito o meu pedido.

Atenciosamente.

Tereza Maria da Costa

Tereza Maria da Costa

sem efeito

Nº 1091

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1968

MEMORANDUM

Para: Dr. Durmeval Trigueiro Mendes,
Coordenador dos CEOSE

De: Jacques Torfs

Assunto: Contrato LUCIA MARIA NAGASAWA

Um grupo integrado por vários peritos do INEP, do IPEA e dos CEOSE está realizando uma pesquisa bastante extensa que permitirá num prazo de 3 meses apresentar cálculos precisos das despesas com o ensino por níveis, por sistemas e por estados.

A Senhorita LUCIA MARIA NAGASAWA, Socióloga, que termina atualmente seu mestrado de Planejamento Educacional na PUCRJ, contribuiu voluntariamente com 5 meios dias por semana aos trabalhos deste grupo, desde o dia 4 de abril do corrente ano.

Atualmente, a Senhorita encontra-se numa situação financeira que lhe dificulta consideravelmente a prestação de serviços a título gratuito.

Devido a que a sua contribuição é indispensável para as segurar o desenvolvimento adequado da pesquisa, permito-me sugerir que a Senhorita L. M. Nagasawa seja contratada pelos CEOSE por um período de três meses, para continuar e completar o seu trabalho.

Atenciosamente.

JACQUES TORFS

Membro dos CEOSE

Coordenador do grupo de pesquisas

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1968

Nº 1090

Prezado Osvaldo,

Agradeço a sua carta de 17 do corrente, assim como o convite para participar ao 1º ERPLED.

Não poderei, infelizmente, assistir a êsse encontro. Minha transferência para outro posto é iminente, e, antes de deixar os CEOSE, quero completar alguns trabalhos em andamento com vários Estados, dos quais eu cuidei particularmente.

Esperando revê-lo antes da minha partida, mando-lhe um cordial abraço.

MICHEL DEBRUN

Prof. Osvaldo Ferreira de Melo
Diretor do Departamento de
Recursos Humanos
SUDESUL
Porto Alegre